

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

É POSSÍVEL UMA AÇÃO CRIATIVA?

Elementos para uma Teoria da Ação na obra de Pierre Bourdieu

Nicole Louise M. T. de Pontes

Dissertação apresentada
para a obtenção do
grau de Mestre em Sociologia
sob a orientação
do Professor Dr. Jorge Ventura

RECIFE, 2002

É POSSÍVEL UMA AÇÃO CRIATIVA?

Elementos para uma Teoria da Ação na obra de Pierre Bourdieu

Nicole Louise M. T. de Pontes

RECIFE, 2002

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Jorge Ventura, pela paciência e dedicação na orientação desta dissertação.

Ao Professor Paulo Marcondes, pela oportunidade que me deu, durante o estágio de docência, de apresentar e discutir algumas obras de Pierre Bourdieu.

Aos meus pais, pelo carinho e auxílio nas horas de desespero.

Aos meu irmãos e à Brena, pelo apoio incondicional.

Aos amigos Simone, Rogério e Nínive, pelas horas fantásticas de discussões sociológicas nas mesas de lanchonete, regadas a coca-cola.

À Carol e a Tiago pelo companheirismo de sempre.

A Bernardo, João e Luana: criatividade personificada nas suas formas mais puras e que tornaram as horas de descanso mais alegres.

A Ricardo, pela confiança e pelo amor de sempre.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os elementos fundamentais da obra de Pierre Bourdieu que demonstrem como as noções de ação e estrutura estão articuladas numa tentativa de síntese sociológica que vem sendo perseguida a algumas décadas. Os elementos que serão ressaltados aqui dizem respeito à construção e utilização, pelo autor, de conceitos-chave como *habitus*, campo e capital social, bem como à construção de uma conceituação de prática, elaborada por este. Busca-se, também, analisar como, a partir desta síntese, podem ser elaboradas as noções de ação e criatividade no contexto da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu. Para tanto, faz-se necessário conceituar ação criativa, assim como seus elementos mais fundamentais: corporeidade, situação e socialidade. A definição destes conceitos ocorre a partir da obra *The Creativity of Action*, de Hans Joas, que é a base do estudo aqui proposto. Após estas definições, é feita uma análise comparativa da gênese e aplicação dos conceitos presentes na teoria da Prática e na Teoria da Ação Criativa, de forma a responder algumas críticas à obra de Bourdieu, bem como para tentar demonstrar como a Teoria da Prática lida com os conceitos de ação social e criatividade, tornando o ator ponto central nas discussões sociológicas.

ABSTRACT

The present work has as its aim to analyze the basic elements of the Pierre Bourdieu's oeuvre that demonstrate how the concepts of action and structure are articulated in an attempt to construct the sociological synthesis. The elements that will be important in this study concern to the construction and use, by the author, of key concepts as habitus, field and social capital, as well as the construction of the concept of Practice itself. It aims, also, to analyze how concepts of action and creativity can be elaborated in the context of the Pierre Bourdieu's Theory of Practice. To do so, it will be necessary to conceptualize creative action, as well as its more basic elements: corporeality, situation and sociality. The definition of these concepts is based upon the Hans Joas' *The Creativity of Action*. That will be the starting point for the analysis. After these definitions, a comparative analysis of the construction and application of the concepts presented by Bourdieu and Joas will be made. This comparative analysis sheds light on how Bourdieu answer to some of his critics, as well as tries to demonstrate how The Theory of Practice deals, in a new way, with the concepts of social action and creativity, bringing, through them, the social actor to the central stage of sociological discussion.

SUMÁRIO

Introdução	1
De Ação e Criatividade	10
A Ação Criativa e Seus Elementos	18
Gênese e Síntese na Teoria da Prática de Pierre Bourdieu	25
A Dupla Ruptura ou Para Além do “Ismos”	30
Elementos da Síntese e Sua Articulação	35
Leituras Críticas	45
De Ação e Criatividade na Teoria da Prática de Pierre Bourdieu	52
O Habitus como Situação e Corporealidade	55
O Espaço Social como Situação	62
O Corpo Ativo e Criativo	64
Teoria da Prática como Síntese	69
Conclusão	73
Bibliografia	79
Internet	82

INTRODUÇÃO

*“Segue as tuas inclinações levando na devida conta o guarda da
esquina”*

W. Somerset Maugham

O que se pode inferir através deste pequeno teorema (tese) criado pelo jovem Philip, de *Servidão Humana*? Esta formulação é criada por ele após diversas tentativas de explicar porque, apesar de tanto sofrimento e de tantos problemas, o homem verdadeiramente não consegue livrar-se das restrições que a sociedade lhe impõe. Assim, para esta personagem, a noção de liberdade restringe-se até onde se inicia ou se faz presente a coerção social, considerada elemento último de controle dos desejos humanos.

Maugham criou nesta obra um jovem brilhante, porém com um olhar específico e especial, devido a seu “pé torto”, que o fazia ver e buscar entender como as relações entre os indivíduos, quer sua liberdade, quer suas restrições, podem ser compreendidas. Não raro, o jovem Philip depara-se com problemas que o obrigam a escolher ou a decidir racionalmente qual o melhor caminho a seguir. Por que apesar destas tentativas racionalizantes, Philip responde de forma afetiva e, ao que ele chama, irracional, aos problemas que se lhe apresentam, o que o leva, quase sempre a um destino completamente diverso daquele desejado? Poderíamos construir um certo nível de comparação entre esta personagem de olhar especial e a categoria sociológica dos indivíduos, que numa sociedade moderna, ou pós-moderna,

absolutamente complexa, têm também uma maneira “*única*”¹ de perceber o mundo e suas relações.

Na construção de um sujeito social, podemos levar em conta que sua “deformidade” seria aqui seu traço distintivo, sua personalidade, seu eu mais íntimo, que é diverso do dos outros indivíduos. Porém, apesar de suas características mais pessoais, existe sempre uma relação íntima com elementos sociais que modelam o indivíduo, dando-lhe sempre uma proposta de caminho a seguir. Porém, será que esta proposta é necessariamente o caminho seguido pelo indivíduo? Em *Servidão Humana* Philip apenas pára e questiona que caminhos seguir pelo fato de encontrar-se sempre em contradição com o tipo de desenvolvimento que a sociedade escreveu para si devido a sua deformidade. No entanto, é sua noção de estranhamento com relação à reação que causa nas outras pessoas que o faz questionar-se até que nível pode ser livre ou não.

Como se pode ver, as questões relacionadas ao problema da coerção e da liberdade permeiam não só o âmbito das ciências sociais, como também da literatura. Estes dois elementos podem ser representados de formas bastante diversificadas, mas, sem dúvida, as teorizações acerca do par agência e estrutura, encontradas em muitas das teorias sociológicas do século XX, são um dos focos fundamentais para a análise do papel das estruturas na constituição da sociedade e dos atores como seus elementos centrais.

Porém, a busca por uma síntese entre ação e estrutura remonta não só à compreensão destes conceitos e suas possíveis articulações, mas também

¹ Única aqui no sentido de idiossincrática, relativa às características “individuais” adquiridas a partir das experiências pessoais, embora, no decorrer deste trabalho, esta noção seja problematizada.

a correntes sociológicas divergentes que formavam um campo “inflamado” de disputa por uma teoria geral que respondesse aos anseios da síntese sociológica.

Por síntese compreende-se a tentativa de reunir numa teoria ampla diversos conceitos e teorias sociológicas em resposta a problemas como a manutenção da ordem e as possibilidades de mudança, bem como seus aspectos de estruturação e o papel do sujeito nestes contextos. Esta proposta pode ser ainda mais problematizada devido aos diversos enfoques para a discussão deste elementos, quais sejam: o objetivismo, o subjetivismo e os níveis macro e micro das teorias em questão. A concatenação destes elementos, bem como sua problematização, gerou diversas respostas no sentido da criação de uma síntese sociológica, assim como contra-propostas ao projeto de síntese.

Inicialmente, estes elementos foram diversamente formulados em algumas teorias sociológicas, como é o caso da fenomenologia e do interacionismo simbólico, por uma lado, e do estruturalismo, por outro. Tendo como foco de análise fundamental o indivíduo e suas ações, bem como uma maior ênfase na relativização dos objetos a serem analisados na formação das estruturas sociais, a fenomenologia e o interacionismo simbólico privilegiaram uma leitura *subjetiva* e consensual da manutenção da ordem na sociedade, muitas vezes, não levando em consideração questões relacionadas às estruturas de poder existentes e ao poder coercitivo das estruturas sobre os indivíduos. Estas características renderam-lhe também um foco de análise considerado *micro*. Por outro lado, a ênfase estruturalista, e aqui fundamentalmente destaca-se o

estruturalismo lévi-straussiano, propunha uma análise das estruturas conformadoras da sociedade bem como seu poder de coerção e restrição das ações individuais. Considerava ainda tais estruturas como fenômenos naturais e detectáveis através da inferência empírica (objetivismo naturalista), bem como sua existência como fenômenos naturais detectáveis por uma análise ética (objetivismo não-naturalista), caracterizando-se, portanto, como abordagem objetivista e macro-sociológica.

Porém, foi no decorrer do período pós-guerra e a partir da publicação de *The Structure of Social Action*, de Talcott Parsons, que a Teoria Sociológica passou a abrigar diversas tentativas de criar uma nova síntese entre Ação e Estrutura, bem como entre objetivismo/subjectivismo e elementos macro e micro nas explicações sobre o funcionamento e manutenção da ordem social e as mudanças nesta ordem. Buscava-se, neste momento, não apenas inserir e explicar elementos que dessem conta da ação individual, mas também de uma certa dose de moldagem e predeterminação dos sujeitos por parte das estruturas, buscando uma possível dissolução das visões dicotômicas vistas anteriormente.

Visando a construção de uma Teoria Geral, Talcott Parsons buscou articular três elementos fundamentais das contribuições das correntes sociológicas clássicas, quais sejam: personalidade, cultura e sociedade. Através desta articulação, o autor buscou não apenas dar conta de explicações para fenômenos da ação individual e do poder das estruturas, mas também dar um sentido teleológico a sua abordagem, apontado assim para uma noção de previsibilidade destes fenômenos, (Domingues, 2001).

Porém, sua tentativa de síntese foi amplamente criticada, não só por autores afiliados às correntes acionistas ou estruturalistas, mas também por autores que, a partir de então, tentaram rearticular as dimensões estruturais e individuais de forma a responder às falhas da síntese parsoniana. Uma das críticas ao funcionalismo estrutural de Parsons diz respeito a sua maior ênfase dos elementos estruturais incorporados pelos indivíduos de forma a lhes moldar e coagir, criando assim um sistema social harmônico. A incorporação de tais elementos através das “normas sociais” e sua ênfase no problema da ordem na sociedade foram amplamente questionados.

No início da década de 1970 tais questionamentos tomaram fôlego a partir do que Jeffrey Alexander (1987) chamou “Novo Movimento Teórico”, que se constituía sobretudo pela busca de uma nova síntese. A rearticulação de elementos do funcionalismo estrutural de Parsons e dos elementos interacionistas e fenomenológicos que enfatizavam as ações individuais foram tomadas como pontos de partida para as análises que se seguiram. Neste momento, a busca de respostas às questões como capacidade ativa e criativa do sujeito, os seus mecanismos de ação e a influência e força da estrutura bem como seus elementos generativos, serão novamente abordados. É neste período que surgem propostas como a teoria da Estruturação de Giddens, o Neofuncionalismo de Alexander, a Teoria Praxiológica de Pierre Bourdieu, e muitas outras.

É inserido neste conflito, em busca de respostas concretas e legítimas para as relações entre sujeito e estrutura e a manutenção de uma ordem dada, que Bourdieu cria sua Teoria Praxiológica, e busca sintetizar não só as dicotomias indivíduo/sociedade, objetivismo/subjetivismo,

ordem/mudança, mas também a relação entre teoria e empiria em seus trabalhos científicos. Segundo o próprio autor, sua teoria *"não se apresenta aí (em seu trabalho mais fundamental: La Distinction) acompanhada de todos os signos nos quais comumente reconhecemos a 'grande teoria', a começar pela ausência de referência a uma realidade empírica qualquer"* (Bourdieu, 1997a, 14). Desta maneira, sua síntese busca não apenas realizar um trabalho em nível mais abstracionista com relação às questões sociológicas mais fundamentais, bem como busca, na prática, uma aplicação deste conhecimento de forma mais profunda, ou seja: *"as noções de espaço social, de espaço simbólico ou de classe social não são, nunca, examinadas em si mesmas e por si mesmas; são utilizadas e postas à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica"* (Idem, Ibidem).

Denominando, portanto, sua tentativa de filosofia relacional ou filosofia da ação disposicional como uma busca enfática às potencialidades dos agentes (disposições e potencialidades) e às estruturas das situações onde os atores circulam e agem, Bourdieu construiu uma teoria que pudesse dar conta de elementos como a formação das estruturas, o papel dos atores nesta formação, bem como das inter-relações entre estes elementos, tendo como peças-chave de análise noções como *habitus*, campo, espaço social, sujeito social, interesse (*illusio* ou *libido*, como define esta categoria atualmente) e jogo.

Porém, considerado por alguns autores como criador de uma teoria do estruturismo (ver Domingues, 2001), por sua ampla discussão de características estruturais dos campos sociais e sua constante referência aos elementos estruturadores das ações individuais, Bourdieu tem tido sua

Teoria Praxiológica considerada falha no que diz respeito à análise de elementos acionistas, subjetivistas e mutáveis da relação indivíduo-sociedade. Sob um ponto de vista da ação, sua obra tem sido amplamente criticada pela ausência de um sujeito ativo, capaz de racionalmente e criativamente modificar as estruturas impostas através de um *habitus* incorporado.

Levando em consideração as críticas à síntese bourdieusiana, podemos então tornar relevante a busca por uma releitura de sua obra a partir de seu ponto de vista subjetivo e acionista mais propriamente, bem como dos elementos mais fundamentais no que tange à caracterização de um sujeito “ativo e criativo”, mas não necessariamente racional, gerador de práticas que possibilitem não só a manutenção (reprodução) como também a mudança de uma dada ordem. Neste sentido é que a “volta do sujeito” bourdieusiano se faz necessária, tornando desta maneira sua proposta de síntese, se não bem sucedida, ao menos passível de maior compreensão.

Tendo como base esta análise, faz-se necessário examinar mais profundamente a gênese dos conceitos acionistas, bem como suas diversas formulações. O conceito de ação criativa será aqui essencial, sendo fundamentado a partir de noções como situação, corporeidade e socialidade, definidos de forma fundamental por Hans Joas (1996). Os conceitos de prática, racionalidade, *habitus*, jogo e reflexividade, são essenciais, pois são chaves fundamentais para a compreensão do que é um sujeito potencialmente ativo, criativo e gerador de mudanças na obra de Pierre Bourdieu. A base da discussão acerca destes conceitos será fundamentada não só a partir das discussões e críticas da obra de Pierre

Bourdieu – fundamentalmente as críticas e leituras de Jeffrey Alexander, Anthony Giddens, Loïc Wacquant e John Elster – como também através da leitura destes elementos em autores como Hans Joas, para a noção de ação criativa, Ludwig Wittgenstein, para as noções de interesse e jogo e Theodor Schatzki, para o conceito de prática. Os conceitos de ação e reflexividade serão definidos com base em textos sobre a Etnometodologia e o Interacionismo Simbólico que representam as correntes mais influentes no pensamento de Bourdieu no que diz respeito a estes temas, sendo também a leitura de Scott Lash fundamental neste sentido. As questões relacionadas à consciência e racionalidade serão definidas com base na leitura clássica das influências marxistas e weberianas, fundamentais na obra do nosso autor. Portanto, a construção dos capítulos se constituirá de uma análise da gênese dos conceitos sobre ação e criatividade, e sua utilização na obra de Pierre Bourdieu, com algumas respostas às críticas à sua abordagem, culminando com suas réplicas e leituras possíveis de uma ação criativa em sua obra. .

No primeiro capítulo será abordado o tema geral da ação e da criatividade, sua gênese e suas formas na teoria sociológica, bem como serão definidos os elementos fundamentais para o que aqui será considerado como “ação criativa”, com base nos autores supracitados.

No capítulo seguinte, será elaborada uma discussão sobre a síntese proposta na obra de Pierre Bourdieu, a construção e correlação de seus conceitos fundamentais e as críticas mais recorrentes à sua teoria.

No terceiro capítulo será apontada uma releitura da obra de Pierre Bourdieu a partir dos elementos que definem a ação criativa, dando ênfase especial àqueles elementos que proporcionem uma melhor compreensão de

sua obra e uma resposta às críticas elaboradas no capítulo anterior, acerca da filiação primordialmente estruturalista, mas não só a ela, concedida a Pierre Bourdieu.

Por fim serão elaboradas algumas conclusões acerca do que foi discutido, bem como sua possível realocação no contexto das sínteses propostas na Teoria Sociológica Contemporânea.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo principal ressaltar a importância da Teoria Praxiológica de Pierre Bourdieu como ponto fundamental para a discussão no que diz respeito ao papel da ação individual no contexto social, bem como sua relação com as estruturas que formam este contexto, dando ênfase à capacidade criativa da ação social. Buscar-se-á, portanto, reforçar aspectos presentes em obras significativas de Pierre Bourdieu, que digam respeito justamente à ação social e seus elementos, dando ênfase a uma nova leitura, que parece ser possível, da síntese entre ação e estrutura no âmbito das Ciências Sociais. Essa leitura será feita a partir da relação entre os elementos presentes na obra de Bourdieu e uma nova leitura, da criatividade da ação, feita por Hans Joas.

CAPÍTULO I

DE AÇÃO E CRIATIVIDADE

No contexto das Ciências Sociais, enquanto produtoras de um conhecimento científico que abrange fundamentalmente a relação entre o homem, quer individualmente, quer coletivamente, e a sociedade, algumas Teorias Sociológicas definiram como sua categoria fundamental de análise a ação social. Pautadas pela busca da compreensão do espaço social e da formação deste através da ótica dos indivíduos e a partir de leituras tanto objetivas quanto subjetivas, a ação social é fruto justamente da força do indivíduo sobre o mundo. Portanto, o indivíduo como categoria fundamental de análise, em diversas correntes, propicia a análise da “formação” ou “construção” da sociedade e de seus elementos duradouros, suas estruturas, a partir da ótica do indivíduo e de seu papel nesse contexto. No entanto, não apenas o indivíduo e suas ações caracterizam esta compreensão. Juntamente aos indivíduos estão categorias estruturais que possibilitam compreender a partir de que bases as ações são engendradas ou ativadas, quer como libertadoras, quer como reprodutoras destas estruturas.

Sob uma outra ótica, as correntes estruturalistas enfatizam justamente as características “permanentes” ou “fixas” presentes nas construções sociais. Essa ênfase pautada numa noção de estrutura como objeto de análise tende a encontrar e definir suas regularidades como fundamental na manutenção da ordem social e como ponto de partida para a coerção exercida por esta sobre os indivíduos. O indivíduo aqui age como

ordenador de práticas que têm uma função específica de mantenedoras da ordem e da organização social num determinado contexto.

Estas duas categorias fundamentais de análise – tanto a ação, quanto a estrutura – são chaves fundamentais para compreensão da fluidez e ordenação da sociedade. Sua centralidade tem estado sempre presente nas Ciências Sociais, embora em momentos distintos tenha-se enfatizado de maneiras diversas estes dois pólos. Os movimentos de síntese buscaram, no entanto, sintetizar esses dois conceitos de forma a tratá-los como necessariamente interligados e nunca excludentes. Desta maneira, passou-se a dar conta tanto do caráter estrutural, quanto do caráter acionista dos fenômenos sociais.

A categoria da ação social, inserida numa lógica individualista, foi fundamentalmente definida por Max Weber (1998). De acordo com a metodologia do tipo ideal de Weber, as ações sociais podem ser determinadas com relação aos fins (ação instrumental), com relação a valores, como ação tradicional e como ação afetiva. Cada uma destas ações é definida de acordo com relações estabelecidas entre os próprios indivíduos e suas relações com o meio, bem como propiciam resultados diferenciados do ato. Dentre estas ações, as que mais se destacaram no âmbito sociológico foram aquelas que dão conta de uma racionalidade, para Weber, crescente na modernidade e na lógica capitalista. Por estar necessariamente relacionada à consecução de metas estabelecidas através da racionalidade, e por seu caráter racional relativo aos fins possíveis para a ação individual, a categoria de ação racional com relação a fins tornou-se imprescindível para a compreensão das formas através das quais os atores

sociais agiam em seu meio e para explicar a dinâmica das ações e suas conseqüências no mundo, muito embora, não tenham sido descartadas as conseqüências não intencionais da ação². A partir desta lógica da ação como fruto de uma racionalidade presente e crescente na sociedade, a ação instrumental, e especificamente a racionalidade e a intencionalidade nela contidas, tornou-se o centro das atenções e foco constante de discussão no que diz respeito aos atores sociais e sua influência no espaço social.

A racionalidade e a intencionalidade contidas nesta forma de ação específica são elementos extremamente frutíferos. Por intencionalidade entenda-se a relação causal (relativa aos meios que levam a um determinado fim) e consciente de um indivíduo no momento de sua ação (ver Searle, 1995), sendo desta forma um elemento importante na constituição de uma ação racional. Para muitos teóricos, como Searle, esta intencionalidade não está necessariamente ligada à ação, pois sua forma de definir ação inclui também aquele tipo onde a racionalidade, e por isso também, sua intencionalidade, é desconhecida ou não consciente.

Num contexto mais próximo na teoria sociológica contemporânea, a Estrutura da Ação Social de Talcott Parsons foi pioneira não só por sua tentativa de síntese de elementos tanto estruturais quanto acionistas, como também foi ponto crucial para o desenvolvimento posterior de considerações e teorias da ação que dessem conta não só do papel do indivíduo e sua ação na formação de uma estrutura social, como também, para explicar a possibilidade de libertação ou reprodução (tendentes à ordem ou à mudança) desta estrutura devido à força da ação dos indivíduos.

² Não que a ação racional referente a valores tenha sido descartada, afinal esta também foi de fundamental importância para a compreensão da construção destes próprios valores em diversas teorias sociológicas.

Parsons mobilizou em sua teoria diversos conceitos fundamentais para a compreensão da centralidade da ação e da estrutura nas discussões sociológicas posteriores.

Buscando articular conceitos já apresentados nas obras de teóricos clássicos como Weber, Pareto e Durkheim, Parsons (1949) construiu sua teoria baseado fundamentalmente na normatividade do conceito de ordem social. Essa normatividade, ligada a um pensamento idealista, onde os valores são a base para as escolhas das ações individuais, explica como a ordem social é mantida. A coercitividade destas normas e das regras inseridas num contexto social são as condições mesmas da ação, influenciando portanto na consecução das mesmas. As ações, sob esta ótica são dispositivos individuais de reprodução mecânica³ de uma dada ordem, tendo como condições e meios para a sua execução o poder da hereditariedade – como inculcação dos elementos exteriores – e do ambiente, onde estas ações serão realizadas.

A formulação parsoniana da ação está profundamente relacionada ao funcionalismo, donde se pressupõe que está baseada num esquema meios-fins. Essa forma de compreensão da ação nos remete a uma lógica causal estabelecida entre o ator e seu objeto, bem como entre as situações dadas e as conseqüências, intencionais, da ação. Essa visão parcial e normativa da capacidade ativa do ser humano foi criticada por diversas correntes, mas também reutilizada (e defendida, até certo ponto) por tantas outras.

Sob o aspecto de correntes fenomenológicas e interacionistas, as relações entre indivíduo e sociedade foram pautadas através da lógica inerente à percepção do mundo relativa aos atores sociais. Essas correntes

apresentavam o sujeito como centro para a análise de quaisquer fenômenos sociais, devido a seu papel essencial como meio de construção da sociedade. Este ponto de vista, de certa maneira construtivista, dava aos atores uma liberdade ou possibilidade de libertação das estruturas constantes. O próprio conceito de estrutura, na verdade, e sua existência são constituídos a partir das interações individuais e da forma como o indivíduo percebe sua presença num determinado momento.

Portanto, tratar a ação como elemento fundamental para a manutenção de uma determinada ordem, ou sua modificação, passou a ser ponto fundamental das discussões sociológicas. A ação passou a ser elemento ou de libertação, no seu sentido consciente e de caráter (para algumas correntes) revolucionário, ou de manutenção de uma ordem social dada.

Toda a ação é conformada por elementos que estão inculcados no indivíduo quer através de aprendizado (aqui apresentado como desenvolvimento cognitivo dos seres humanos), quer através de condicionamento, explicados racionalmente através da lógica da tentativa e erro. Neste sentido, quando um ator age, quer racionalmente ou não, ele mobiliza uma série de recursos inculcados através não só de sua socialização, mas também através de seu potencial de objetificação estabelecido numa lógica de racionalidade. Tratar objetivamente a sua relação com os objetos e com os demais indivíduos é uma característica intrínseca aos seres humanos e é fruto de seu desenvolvimento cognitivo. Esta visão da ação como fruto de elementos incorporados (recebidos) de fora traz com força total a carga e o papel fundamental de elementos

³ Aqui no sentido de mecanismos dos quais se lança mão durante a ação.

constantes, estruturais destas ações. Estes elementos podem ser considerados nas suas mais diversas formas, tais como normas e valores.

No entanto, não necessariamente, essa incorporação dos elementos é tomada como relevante. Em alguns casos esses elementos funcionam ou como mediação simbólica para uma construção momentânea de significados, ou como categoria que reflete apenas uma situação exterior aos indivíduos e sobre eles exerce sua força. Estas duas formas de apreensão dos elementos estruturais é o que ajuda a desenvolver e solidificar as visões dicotômicas das relações indivíduo-sociedade.

Portanto, para compreender como estas noções estão relacionadas à ação e suas formas, e como, a partir deste contexto, surgem movimentos diferenciados, que ora consideram a ação como libertadora — e geradora das estruturas sociais e seu ator como absolutamente racional e capaz de um cálculo consciente de seus ganhos simbólicos —, ora como “pautadas e constrangidas” pela estrutura, é necessário compreender melhor como as relações entre estes pólos distintos de ação estão desenvolvidas, e como, através do conceito, particularmente pouco desenvolvido, de ação criativa pode-se estabelecer uma nova mediação entre eles, possibilitando uma nova síntese no pensamento sociológico.

A relação entre ação e estrutura, ou de forma mais geral, entre indivíduo e sociedade, sempre foi o palco para as definições diferenciadas dos conceitos de ação. Sendo assim, falar de ação, individual ou coletiva, num contexto sociológico, remete necessariamente a uma relação desta com uma estrutura presente. Muito embora, a presença destes elementos possa

ser relativizada de acordo com o enfoque mais objetivista ou mais subjetivista da relação entre os dois pólos, como vistos acima.

Esses enfoques tornaram possível uma leitura da ação e uma leitura do ator social, veículo central desta ação, diferenciadas e muitas vezes distintas. A ação e o ator ora são considerados peças indiscutivelmente centrais na constituição dos elementos que estruturam a sociedade, ora como categorias que emergem no sentido de explicar a manutenção de uma determinada ordem na sociedade. Os elementos que fundam estas diferenças de enfoque estão ligados a uma construção do modelo de ciência que se requer para as Ciências Sociais. Estão também ligados diretamente ao que Bourdieu chama de “razão escolástica”, uma lógica específica da Ciência que tende a tomar como objetos todas as relações entre indivíduo e sociedade, não levando em consideração os elementos que estejam fora do que foi socialmente, e historicamente, construído como cientificidade.

É necessário, portanto, compreender como, a partir da necessidade de explicar as relações dos atores com o mundo, as Ciências Sociais pautaram-se inicialmente num modelo de ciência objetivo (e muitas vezes positivo), tomando suas categorias principais de análise como existentes na realidade. Essa existência real possibilita um acesso a estes elementos através de uma objetificação dos mesmos e de uma compreensão e explicação racionais destes elementos. As categorias inferidas a partir deste modelo de objetividade e racionalidade puderam, em determinado momento – e no sentido de sua objetificação podem – ser alçadas ao posto de universais, embora em momentos posteriores esse caráter de universalidade tenha sido enormemente criticado e relativizado.

A construção de um conhecimento do social é, para alguns autores, um palco de contradições e disputas por legitimidade científica, através da comprovação do conhecimento construído a partir de categorias que não necessariamente remetem a uma comprovação empírica. Essas categorias estão inscritas na capacidade intelectual (mental) de definição e discussão acerca de quais fenômenos sociais serão levados em consideração, bem como quais serão as formas de abordá-los, numa análise que se queira científica. Este modelo de análise é aplicado a todos os indivíduos, inclusive aos próprios cientistas. Dessa maneira, os produtores de ciência estabeleceram, como ponto de partida para sua análise, um modelo onde os indivíduos são necessariamente racionais e onde o uso das capacidades físicas está excluído.

A Ciência Social ocidental estabeleceu, como forma de apreensão do mundo, o uso dessa capacidade intelectual do indivíduo, na forma de sua racionalidade. No entanto, deixou de lado a capacidade física, sua condição de corpo no mundo e as relações de percepção que este corpo contém. Essa escolha por um determinado tipo de capacidade, onde a mente é o eixo central de construção do mundo, tende a classificar como irracionais quaisquer ações que estejam para além deste modelo. A racionalidade tornou-se, portanto, a chave para a compreensão das informações, verdadeiras e legítimas, do mundo (real).

Talvez por este motivo, as ações de tipo afetivo sejam meramente relegadas a uma sensorialidade que não pode estar baseada numa racionalidade evidente, mas sim numa forma específica, e presente no corpo de cada indivíduo, de estar no mundo e influir sobre ele. Este tipo de

ação do corpo parece deixar de lado a força das estruturas sobre a ação; no entanto, alguns elementos que serão posteriormente analisados buscam dar conta desta impressão.

É como escapatória e crítica a esta lógica científica dominante, que a teoria da ação criativa se funda. Ela surge como fundamental na compreensão de uma nova forma de estabelecer critérios de cientificidade pautados na compreensão não só dos elementos objetivamente constituídos pela ciência, mas também através da inserção de elementos que, por seu caráter distinto com relação a uma racionalidade científica fundamentada na ordem do pensamento (racional), antes haviam sido relegados a uma forma mundana, menor, de reconhecer e compreender o mundo, ou mais precisamente relacionados a formas irracionais de relação com o meio (ver Joas, 1996).

Ação Criativa e Seus Elementos

A ação que sofre uma crítica por parte da teoria da ação criativa é justamente aquela fundamentada numa lógica racional, onde o ator tem o domínio sobre seus pensamentos, e é perfeitamente consciente de seus atos e da melhor forma de otimizá-lo, minimizando assim suas perdas. Para Joas (1996), esta noção de ação retira o ator completamente de seu contexto, que é definido por seu caráter não só situacional, como também biográfico.

Na sua crítica a esta forma de compreensão da ação, a teoria da ação criativa formula o que, sob meu ponto de vista, pode ser considerado como uma tipificação ideal destes modelos de ação, inclusive do seu próprio. Sob

sua ótica, todas as teorias da ação possuem três pressupostos básicos: (A) o ator é necessariamente capaz de ações propositais (racionais); (B) todo ator tem controle sobre seu próprio corpo; e (C) todo ator é autônomo em relação aos demais atores e seus ambientes. A partir destes três pontos, busca-se portanto uma saída para estabelecer novas conexões, não necessariamente racionais, entre os atores e o meio, mas sim construir um caminho que, dando conta da presença de estruturas na ação dos indivíduos, torne-as mais flexíveis e passíveis de mudança constante, sejam estas mudanças circunstanciais ou históricas.

Portanto, a ação criativa está fundamentada no que para Joas é “*uma introdução reconstrutiva do conceito de ação racional*”, (Joas, 1996, 147) e do próprio conceito de racionalidade. Essa reconstrução baseia-se numa análise do caráter intencional da ação humana, de sua específica corporeidade e da primazia de uma socialidade na capacidade humana de agir. Esta reconstrução remete, embora de forma crítica, a conceitos do pragmatismo americano, da antropologia expressivista tradicional e da hermenêutica, redimensionando seus conceitos mais fundamentais e relacionando-os de forma a criar uma nova teoria que dê conta de uma nova visão do ator e de sua relação e importância frente às estruturas sociais.

“*A ação criativa não é aquela necessariamente deliberada pelo sujeito no sentido de criar algo inteiramente novo e sem conexões contextuais, e sim, pode estar pautada numa relação com o mundo que é incorporado através de um movimento contínuo de adaptação e desenvolvimento das capacidades cognitivas e sociais de cada indivíduo*”⁴, (JOAS, 1996, 163).

Considerando este conceito de ação criativa, pode-se inferir que a concepção de sujeito recebe uma nova formulação, visto que este vai estar imbuído não mais de uma capacidade racional intencionalmente ligada ao mundo, e sim de um comprometimento neste mundo, através de elementos incorporados por sua capacidade intrínseca de percepção corporal do mesmo. Essa capacidade está inscrita em cada ação deste sujeito e está intimamente relacionada a uma percepção sensorial que se legitima por sua capacidade de adaptação ao meio. Esta capacidade de adaptação se dá através do aprendizado das formas de relacionar elementos exteriores, da realidade, e interiores, que se encontram marcados na capacidade de desenvolvimento cognitivo dos seres humanos.

A partir da introdução deste novo sentido de percepção do mundo através do corpo, de forma prática, é gerada também uma nova possibilidade de orientação com relação a ele (ver Merleau-Ponty, 1999). Essa percepção, embora não nos ligue diretamente e com clareza ao mundo, nos remete a nossa própria capacidade de usar na prática o que apreendemos devido a esta percepção, ou seja, a percepção do mundo passa a ser “estruturada” por nossa capacidade e experiência de ação.

A mudança nesta forma de percepção é, portanto, baseada numa leitura não necessariamente causal da intencionalidade da ação individual. Essa leitura possibilita uma nova forma de relacionar intencionalidade a uma capacidade auto-reflexiva, sem necessariamente estar ligada a uma relação de causa-efeito entre a ação e sua intenção, nem com relação a um objeto específico. A intenção é uma forma latente, presente a todo

⁴ Todas as citações dos textos utilizados que estejam em Inglês, na Bibliografia, foram traduzidos por mim.

momento de forma incorporada, e é também essa capacidade de consecução de metas que cada indivíduo possui. No entanto, sua expressividade só vai ser concretizada a partir de um determinado contexto, dentro de uma determinada situação, onde esta capacita o indivíduo para responder aos desafios que lhe são apresentados. A forma como estes desafios serão ultrapassados depende de uma formação e utilização de esquemas corporais, definidos e inscritos biograficamente nas experiências humanas.

O esquema corporal, segundo Merleau-Ponty (1999), que liga diretamente estes dois pontos, ou seja, uma ação habitual (corporal) e sua intencionalidade neste contexto, é a todo momento reconstruído, pois depende não só de uma dimensão psicológica, como também de uma constante reorganização e readaptação do corpo às suas próprias influências (através de um processo contínuo de envelhecimento ou qualquer situação física diferente da normal). Esta readaptação constante torna o indivíduo capaz de estabelecer a cada ação uma nova ligação com o mundo e o leva a respostas criativas, no sentido de não idênticas, às respostas dos demais indivíduos, ou a sua própria, num contexto diferente. A todo momento, portanto, os esquemas corporais anteriores são destruídos e reconstruídos, dando a cada ação a capacidade intrínseca de criar novas respostas.

O processo inicial de compreensão destes esquemas corporais se dá através de um aprendizado, pela construção do próprio corpo com auto-evidente e perceptível. Esse aprendizado da percepção do corpo se inicia a partir do momento em que qualquer criança passa a perceber seu corpo como esquema fora de suas experiências internas. Essa auto-reflexividade,

como capacidade de perceber as próprias sensações, está ligada ao próprio corpo do indivíduo (ver Merleau-Ponty, 1999).

No entanto, sua percepção mais complexa, tornado-se assim esquema corporal, se baseia também numa conectividade estabelecida com os corpos a nossa volta. Perceber o corpo do outro e construir categorias que possam dar significados a estes constitui um passo fundamental no desenvolvimento dessa auto-reflexividade, ou seja, para ser capaz de diferenciar experiências relacionadas ao seu corpo e relacionadas aos corpos a sua volta, dentro deste processo de constituição de um esquema corporal, o indivíduo deve ser capaz de adotar, acerca destas percepções, uma postura (inclusive física) que possa ser convertida em gestos significativos.(ver Mead, 1938)

A forma de adoção dessas posturas passa pela idéia de interpretação de papéis, que, segundo Goffman (1975), exercem um papel fundamental na constituição dessa diferenciação entre aquilo que eu sou e que o outro é, bem como das posturas específicas relativas a cada posicionamento dentro de um cenário social. Essas posturas, relacionadas a uma não intencionalidade da ação, se baseiam numa noção de construção permanente da capacidade de agir.

A capacidade para a ação não aparece, ou é apreendida, de uma única vez pelos agentes. Segundo a tradição interacionista, estes elementos que capacitam à ação vão sendo incorporados de forma gradual, numa continuidade irrestrita. A socialização primária é o primeiro passo nessa capacitação constante e funda uma base elementar no ego do indivíduo. A partir desta base, cada vez mais elementos serão somados nos processos de

socialização secundária, levando, através desta soma constante aos elementos estruturais já enraizados no ego, a uma constante reordenação da capacidade de agir no mundo e de percebê-lo.

O conceito de estrutura, relacionado a partir destes elementos, não pode ser considerado, como no estruturalismo forte, como uma categoria que inibe as ações por si só. As estruturas devem ser consideradas como fontes utilizadas e produzidas num processo de percepção e reconhecimento das barreiras subjetivas, sendo, no entanto, ultrapassadas a partir da noção de coletividade⁵, que se estabelece entre os indivíduos e seus esquemas de percepção. Essas relações geram a possibilidade para o indivíduo de, através de uma relação com os demais, e do confronto de seus modos de percepção, se relacionar com o mundo sob um ponto de vista global (ver Joas, 1996).

Voltando à descrição inicial do que se procurou definir como ação criativa, temos que, esta deve ser vista, não como mera escolha individual para a criação de algo novo, mas como ação inserida num contexto e numa relação com o mundo através da incorporação de elementos estruturais e do desenvolvimento sensorial e perceptivo do indivíduos.

Assim definida, vale portanto ressaltar como ela pode ser útil na compreensão da relação entre ação e estrutura, redirecionado o foco desta discussão de forma a propiciar o possível surgimento de mudanças em contextos sociais distintos. Vale ressaltar ainda que esta leitura busca não invalidar de forma incondicional as leituras anteriores sobre ação; no entanto, ela busca redimensionar seus elementos mais fundamentais de

⁵ Essa noção de coletividade vai ser posteriormente tratada sob a ótica de uma teoria prática, e criativa, em capítulo posterior.

forma a tornar possível uma compreensão da atualidade. Portanto, seu sentido de atualização é não só de suas categorias, como também uma atualização da aplicação das mesmas para a compreensão do contexto histórico contemporâneo.

CAPÍTULO II

GÊNESE E SÍNTESE NA TEORIA DA PRÁTICA DE PIERRE BOURDIEU

Nascido em 1930, na região de Béarne, no sudoeste da França, Pierre Bourdieu estudou, durante a sua formação colegial, em escolas de grande prestígio regional e nacional, sem, no entanto, ser considerado como parte da elite tradicional francesa. Após este período, no ano de 1951, conseguiu entrar para o corpo distinto de alunos de humanidades na École Normale Supérieure. Como estudante de filosofia desta instituição, sempre se posicionou de forma crítica com relação ao próprio status de “normalista”, então alcançado por todo aquele que fizesse parte da ENS. Suas críticas se dirigiam não só aos alunos, vistos já como filósofos distintos, mas também aos professores, com suas posturas rígidas e criadoras de cânones filosóficos que massacravam os filósofos aspirantes, (ver Bourdieu, 2001). No entanto, fazer parte da ENS já era um elemento suficiente de acesso à elite intelectual francesa, da qual Bourdieu passou a fazer parte, ainda que criticamente, desde então.

Foi a partir dessa experiência inicial entre grandes nomes, como Sartre, que Bourdieu pôde aprofundar sua veia crítica e apurada acerca da Filosofia enquanto ciência, bem como de outras áreas da Ciências Humanas, de maneira geral. Nesse mesmo período, passaram pela ENS, alunos que mais tarde viriam a ser grandes nomes das Ciências Sociais, como Michel Foucault e Jacques Derrida.

Bourdieu graduou-se, com mérito máximo, em Filosofia, e conseguiu então fazer parte do corpo de pesquisadores da Ecole des Hautes Etudes en

Sciences Sociales. Sua entrada nesta instituição, que acabara de ser criada, foi também uma forma de crítica a uma “nobreza intelectual” do professores do ensino superior francês.

A partir de sua entrada na EHSS, Bourdieu iniciou suas pesquisas sobre a Argélia e, mais tarde, sobre os camponeses de sua região de nascimento, que geraram publicações como: *O desencantamento do Mundo* e *The Algeriens*. Tornou-se etnógrafo por insistência e auto-formação, (ver Calhoun, 2000). Durante esse período, Bourdieu esteve também na University of Pennsylvania, onde participou de estudos e pesquisas em conjunto com Erving Goffman. De volta à França, entrou para o European Center for Historical Sociology (ECHS), comandado por Raymond Aron, como um dos coordenadores do centro. Porém, quando em 1968, veio à tona a revolta estudantil, as relações entre ambos tornou-se insustentável, devido à diferença nas concepções políticas de ambos.

Junto com um grupo distinto de sociólogos e antropólogos, Bourdieu deixou o ECHS e iniciou pesquisas empíricas que buscassem dar conta dos elementos que começavam a ser desenvolvidos em forma de uma teoria sistemática, bem como criou seu próprio Center for European Sociology. Pouco depois, em 1975, lançou a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, que até hoje, é uma das publicações mais críticas e respeitadas na academia, por seu caráter crítico e por abranger não só pesquisas empíricas, como também discussões teóricas acerca dos mais diversos temas.

Desde então, Bourdieu vem causando enorme desconforto às elites intelectuais, não só na França, devido as suas críticas ácidas ao sistema de ensino e a forma como a Ciência Social vem sendo produzida. Essas

críticas podem ser encontradas em livros como *A Reprodução* e, mais atualmente, em *Meditações Pascalianas*⁶.

No que diz respeito a seus momentos mais recentes, desde a década de 1990 até sua morte, no início de 2002, Bourdieu passou a se engajar politicamente, fazendo, não raro, palestras e lectures, onde discutia temas como globalização e imigração na França. Participou de diversos movimentos sociais, não só na França, como também internacionalmente, sem, no entanto, abandonar suas pesquisas sociológicas. Sempre criticou quaisquer formas de dominação e de restrição dos direitos de cada cidadão, bem como, no âmbito das Ciências Sociais, do poder excessivo do próprio cientista com relação ao seu objeto, o indivíduo.

Sendo visto na atualidade como um dos mais proeminentes autores da Teoria Sociológica Contemporânea, Pierre Bourdieu construiu, como base de sua Teoria Praxiológica, uma gama de discussões acerca dos elementos fundamentais da teoria sociológica, tais como o problema da ordem e da mudança, da ação e da estrutura, e elementos reflexivos sobre a concepção de ciência e de uma ciência social, (ver Calhoun, 2000). Também fez uso de instrumentos diversificados em suas pesquisas empíricas, ressaltando sempre a importância destas na sua busca por uma Ciência Social completa. Neste intuito, organizou e levou a cabo diversas pesquisas nas mais diferentes áreas da sociologia, tais como arte, religião e poder, entre outras, buscando, a partir delas, redimensionar as relações entre teoria e prática na Sociologia.

⁶ Para uma bibliografia mais aprofundada e comentários sobre a melhor forma de iniciar leituras acerca da obra de Pierre Bourdieu, ver Bourdieu & Wacquant, 1992.

Porém, foi como autor de uma possível síntese entre ação e estrutura, que entrou para um rol ‘distinto’ dos grandes nomes da Teoria Sociológica Contemporânea, apesar de muitas vezes repudiar o poder da discursividade como elemento fundamental na elaboração de uma Teoria da Prática que se dispunha a eliminar as dicotomias até então vigentes na Sociologia. De outra forma, sua síntese buscou solucionar, ou ainda redirecionar, os problemas cruciais revelados pela dicotomia entre dois tipos distintos de abordagem teórica, quais sejam: o subjetivismo e o objetivismo e seus diversos modelos de abordagem ora micro – no sentido de uma abordagem centrada nas relações e discursos individuais tomados como objetos de análise –, ora macro – centrada, por sua vez, nas construções estruturais e suas relações como ponto crucial de uma “explicação do mundo”. Desta forma, Bourdieu articulou um plêiade de conceitos acerca da formação e manutenção das estruturas sociais, a “função, papel ou prática”⁷ dos sujeitos sociais com relação a estas, bem como uma nova forma de articular as abordagens diferentes que trataram durante muito tempo desta relação e de suas partes.

Podemos ressaltar como seus conceitos mais fundamentais as idéias de *habitus*, campo e capital simbólico. Os conceitos de homologia, jogo e prática aparecem num momento posterior, quando será necessária uma leitura mais aprofundada, como elementos especialmente esclarecedores no que diz respeito à ação individual e à tentativa de síntese que aparecem na obra de Bourdieu. Estes elementos estão descritos de maneira habilmente articulada em sua teoria, referindo-se ora às relações entre sujeitos e suas

⁷ Estes três termos aqui ressaltados serão discutidos posteriormente devido ao uso diferenciado que Bourdieu e outros autores fazem do mesmo.

práticas, ora à gênese e estruturação das mais diversas esferas da sociedade. Sua *dupla ruptura*⁸ tanto com o subjetivismo, quanto com o objetivismo, também é palco para discussões sobre a construção e análise do objeto em questão (os sujeitos sociais e a sociedade) através da utilização destes mesmos conceitos para a gênese de uma Sociologia Reflexiva, sendo esta definida como esforço para a construção de uma ‘sociologia da sociologia’, ou melhor, como auto-reflexão da sociologia, a partir da discussão acerca do seu objeto e das formas de apreensão e compreensão do mesmo, (ver Bourdieu & Wacquant, 1992). No entanto, apesar de seus esforços neste sentido, sua possível síntese não foge às críticas do próprio campo científico. Essas críticas serão incorporadas ao corpo das explicações e descrições acerca de seus conceitos fundamentais e suas relações, de forma a tornar possível uma posterior discussão de alguns dos elementos mais ‘problemáticos’ da sua obra, bem como suas possíveis respostas a tais argumentações.

Portanto, para que sua teoria seja compreendida em sua totalidade, é necessário não apenas clarificar estes conceitos, articulando-os de maneira mais complexa, na qual se possa compreender o sentido e amplitude da síntese proposta. Para compreendê-los, no seu sentido de *Dupla Ruptura*, é preciso analisar de forma substancial algumas das mais relevantes críticas recebidas, tornando possível a criação de um eixo de discussão fundamental para a compreensão da teorização proposta por Pierre Bourdieu, (ver Bourdieu, 2001).

⁸ Termo utilizado pelo próprio autor em Meditações Pascalianas para definir tal tentativa.

A Dupla Ruptura ou Para Além dos “Ismos”

Em sua obra, Bourdieu sempre pareceu avesso às publicações ou estudos eminentemente teóricos – embora sua bibliografia neste sentido seja vasta –, pois afirmava não ser papel de uma disciplina que se erigia como ciência, e Ciência Social, tratar apenas de elementos teóricos e abandonar a prática dos atores como problemas da realidade, (ver Bourdieu, 1999a). Esse viés, ou preferência, também é fruto de uma experiência antropológica, que, segundo o próprio autor, foi de fundamental importância para seus estudos posteriores e para seu redimensionamento da relação entre teoria e prática. A abstração como instrumento de compreensão da lógica organizacional da sociedade e de seus atores nunca foi seu método preferido, a não ser quando diretamente relacionada a um trabalho empiricamente fundamentado. Suas pesquisas empíricas ou, como o próprio preferiria, seu retorno à realidade sempre esteve presente. Neste intuito é que Bourdieu se propõe a falar de uma Teoria da Prática, que se propunha, antes de outras coisas, a eliminar este distanciamento entre teoria e prática⁹, (ver Bourdieu, 1997b e Calhoun, 1992).

Esta oposição entre teoria e prática é discutida desde os primeiros escritos filosóficos de Aristóteles, onde havia um contraste fundamental entre as noções de saber (conhecer) e fazer relacionadas com outra diferença fundamental entre as atividades mental e física. Esta concepção, que até os dias atuais é fundamental para a construção de um conhecimento científico, tem por sua concepção fundamental negar o conhecimento prático devido a sua característica não-teórica. No entanto, tomar o

⁹ A discussão acerca desta dicotomia fundamental para Bourdieu será mais aprofundada no capítulo final, por sua relação direta com a construção de um novo sujeito através da lógica da prática.

conhecimento como necessariamente fruto de um pensamento teórico, não relacionado às práticas dos indivíduos, parece favorecer um tipo de atividade mental em detrimento de qualquer atividade física como experimentação da sensorialidade do mundo. Exemplos deste aprendizado através de uma lógica sensorial acontecem em todos os momentos. Por exemplo: quando se aprecia uma obra artística sem necessariamente conhecer de forma teórica, científica e racional quaisquer dos elementos que fazem parte de sua elaboração e mesmo a escola a que pertence seu executor ou as tendências nela expressas. Essa experiência é apreendida, portanto, através de seu caráter de sensorialidade e de uma fruição diretamente relacionada ao corpo do indivíduo. Daí a importância da construção de uma teoria da prática, defendida por Bourdieu, onde esses aspectos da incorporação dos elementos exteriores podem ser considerados fundamentais na construção de uma ciência que dê conta do caráter das relações humanas e sua força perante as estruturas sociais. Essa busca por uma teoria da prática vai ser de extrema importância na obra de Bourdieu a partir do momento em que este utiliza a mesma para uma compreensão mais complexa dos elementos envolvidos na sua síntese, assim como é a partir deles que o autor inicia sua leitura crítica do campo científico e da lógica da racionalidade, universalidade e da neutralidade axiológica como valores últimos e praticamente indiscutíveis na construção científica.

Outra dicotomia que fundamenta excepcionalmente o trabalho de Bourdieu é objetivismo/subjetivismo. Sua tentativa de esclarecer esta leitura “errada” (misreading) da relação entre este par é que tornou sua teoria palco de discussões acirradas na Teoria Sociológica Contemporânea,

principalmente a partir do anos 1970. Para Bourdieu (1997a), as leituras objetivistas, presentes em correntes as mais distintas dentro das ciências sociais, como é o caso do estruturalismo, representado na sua melhor forma por Claude Lévi-Staruss, não possuíam elementos que dessem conta de uma compreensão adequada da subjetividade, para além de suas estruturas subjacentes a uma ordem social normativa. Embora pudesse se observar neste sentido uma diferença de como estas normas poderiam estar dispostas em diferentes culturas e sua forma de agir coercitivamente em cada uma delas, a existência objetiva das mesmas estava presente incondicionalmente. Essa presença objetiva proporciona a externalidade destes elementos, estando estes fora do sujeito, fora da compreensão individual (subjetiva), mas agindo como força coercitiva exterior, como forças super-ordenadoras que moldam as ações e determinam suas conseqüências (adaptado de uma leitura Durkheimiana do fato social como coisa). Sob esta ótica, o objetivismo é incapaz de definir como as condições subjacentes à manutenção normativa de uma determinada ordem são traduzidas empiricamente. Desta forma, a vida social é vista como completamente externa e objetiva, sendo origem para uma física social (leitura que permaneceu válida na Sociologia por um longo período) ou um funcionalismo básico, que funciona sob a lógica da utilidade. Os atores sociais, a partir deste ponto de vista, são quase marionetes que recebem uma grande carga de informações, agindo como autômatos, dentro de uma ordem pré-estabelecida.

No pólo oposto ao das teorias objetivistas, encontramos um subjetivismo baseado fundamentalmente na categoria do sujeito e de sua

leitura e compreensão do mundo, bem como de sua ação. A fenomenologia foi palco absoluto para esta concepção de sociologia subjetivista. Esta tendência abria como possibilidade a compreensão e apreensão do mundo e da sociedade como passando necessariamente por uma leitura do indivíduo. No entanto, seu maior deslize no que diz respeito a uma explicação da dicotomia ação X estrutura parte do pressuposto de sua relativização excessiva, bem como de sua negação (em alguns casos) de quaisquer formas de constrangimento estrutural.

Para Bourdieu, era necessário não só ver os dois lados opostos e presentes nestas abordagens, como também defender como eles estão inseparavelmente relacionados. Não se trata, portanto, na obra de Bourdieu de relacioná-los na mesma forma de par, dando-lhes pesos iguais. Sua busca por uma síntese neste ponto é para eliminar esta dicotomia através de uma visão que lhes dê unicidade, que demonstre como as estruturas objetivas aparentemente fixas necessitam ser criadas e reproduzidas e como as ações subjetivas, aparentemente livres de determinação, necessitam de condições objetivas e de constrangimentos para que tomem forma, (ver Bourdieu, 1999a).

Na busca pela dissolução desta polarização e na construção e compreensão de seu objeto é que se estabelece uma Dupla Ruptura. Embora rompa com os dois pólos distintos, Bourdieu não nega que faz uso de suas melhores contribuições no que diz respeito às definições de sujeito e de estrutura, entre outros elementos. Seu esforço, na verdade, é para desenvolver um “estruturalismo genético”¹⁰ que utilize recursos da análise

¹⁰ Genético aqui no sentido de gênese, de formação. Um estruturalismo que dê conta de seus elementos formadores.

estruturalista, porém levando em consideração a forma como estas estruturas são construídas e, algumas vezes, reproduzidas através da ação dos indivíduos inseridos numa lógica de jogo social, (ver Bourdieu, 1999a e 2001).

Apesar desta definição de um estruturalismo genético e do conceito mesmo de ator social não estarem claramente definidos — embora, a partir de elementos como *habitus*, prática e interesse, Bourdieu enfatize justamente a presença deste ator em sua teoria — a ação vai ser palco central na discussão sobre a formação de um contexto de jogo, um espaço social determinado, tornando-se pois palco para mudanças ou reproduções em sua configuração, que dependem profundamente das ações dos sujeitos.

Vale ressaltar ainda que, em obra posterior, Bourdieu refere-se à sua teoria como uma Filosofia relacional, embora se reconheça que a tradição estruturalista era o ponto alto na época de sua formação inicial em antropologia. Porém, deve-se levar também em consideração que Bourdieu dá crédito aos trabalhos de Maurice Merleau-Ponty e às abordagens acionistas do Interacionismo Simbólico de forma geral.

Para Bourdieu, portanto, há que se construir uma relação dialética entre os elementos objetivos e subjetivos presentes na dinâmica social porque *“as formas de ação dos indivíduos são o resultado não de leituras objetivas de elementos também objetivos, e sim, são o resultado de disposições práticas desenvolvidas através da experiência subjetiva destes elementos objetivos”*, (Bourdieu, 1997a, p.180). A prática aqui também como conceito que passa a ser absolutamente fundamental para os fins a que Bourdieu se propõe.

Elementos da Síntese e Sua Articulação

Iniciando a discussão podemos levar em consideração o conceito de *habitus* como de fundamental importância para a elaboração da teoria bourdieusiana. Este conceito desempenha um papel fundamental em sua análise, pois conjuga os elementos centrais para as concepções de ação e estrutura presentes em toda a obra de Bourdieu.

A definição clássica de *habitus* na obra de Bourdieu é proposta sob o seguinte ponto de vista: o *habitus* é uma estrutura estruturada que tende a funcionar como estrutura estruturante, ou seja, é um núcleo de informações adquiridas pelo ator e que possui capacidade generativa no que concerne à ação deste sujeito num determinado espaço social. Esta concepção gera a possibilidade de incorporação de elementos ‘experimentados’ num momento anterior de ação do indivíduo, ou mais especificamente, na sua prática cotidiana e na sua ‘gênese individual’, sem no entanto deixar de considerar as estruturas como ‘constrangedoras’ da ação do sujeito. Desta forma, podemos definir essa capacidade de incorporação não como dada, mas como “*algo apreendido através de repetição, como um hábito, algo que sabemos em nossos corpos, não só em nossas mentes*”, (Calhoun, 2000, p.3).

O *habitus* opera a mediação entre disposições individuais e a situação ou a sociedade, sendo também um produto das relações sociais em questão. Segundo Calhoun, (1992, p.4) o *habitus* é a “*capacidade de improvisação estruturada*”, ou melhor “*é um sistema geral de esquemas generativos duráveis e transponíveis que funciona num plano inconsciente e tem lugar dentro de um espaço estruturado de possibilidades*”. Sendo formado por

elementos interiorizados a partir da socialização, inscritos na estrutura de construção do self, e em consonância com o espaço social em questão, o leque de opções proposto pelo *habitus* é limitado e definido de acordo com as relações, no campo do poder, entre as condições materiais (campo econômico) e demais campos nos quais o ator opera. Sua transponibilidade ocorre devido à lógica de homologia entre os campos, sendo assim possível transpor de um campo a outro elementos específicos, como, por exemplo, seu capital simbólico. Esta transponibilidade opera de forma a dar fluidez aos movimentos dos atores no espaço social, bem como para tornar cada ator único neste espaço, dando ênfase aos elementos incorporados em seu *habitus* ao longo de sua vida.

O *habitus* é incorporado pelo ator de forma gradual através da experiência e funciona não como mecanismo utilizado no momento exato da ação, mas como categoria de percepção utilizada como "*princípio gerador de práticas distintas e distintivas*" (BOURDIEU, 1997a, p.22), sendo também "*esquema classificatório, princípio de classificação, princípio de visão e de divisão e gostos diferentes*" (Idem, Ibidem). Desta maneira, é a partir do *habitus* que o indivíduo tem a capacidade de distinguir os elementos que formam seu espaço social e de diferenciá-los, fazendo com que, na prática, tais categorias criem diferenças simbólicas.

É importante ressaltar ainda que um *habitus* não é exclusivamente único num espaço social complexo e que as categorias por ele expressas podem ter significados diferentes, devido a seu caráter transponível de acordo com o campo e a classe social nos quais o ator está inserido. Desta forma, ainda que atores de um mesmo espaço social utilizem as mesmas

categorias classificatórias, estas irão ter relevância e significados diferenciados devido à forma de alocação e à disposição das categorias de acordo com a socialização e a construção diferenciada do *habitus* em questão. Esta diferenciação gera duas categorias fundamentalmente opostas, inseridas numa luta constante pela legitimação e reconhecimento de seu capital simbólico e suas práticas no campo, quais sejam a heterodoxia e a ortodoxia, ou os dominados e os dominantes. Desta maneira, *"as forças envolvidas nessas lutas e a orientação, conservadora ou subversiva, que lhes é dada, dependem de uma "taxa de câmbio" entre os tipos de capital, isto é, daquilo mesmo que essas lutas visam conservar ou transformar"* (BOURDIEU, 1997a, p. 52).

Compreender a lógica inerente à incorporação do *habitus*, e as posições geradas a partir desta, inclui, acima de outros elementos, a compreensão do conceito de capital simbólico. Apesar de um forte viés marxista, e de pertencer historicamente a uma geração que teve na revisão do marxismo uma forma de contestação e recriação do que seriam a Ciência Social e seu objeto, Bourdieu buscou, de forma bastante clara, utilizar o conceito de capital não apenas para elementos ligados à realidade econômica que descrevessem e definissem a relação entre infra-estrutura e superestrutura. Seu conceito de capital, mais que econômico, é fundamentalmente simbólico, no sentido de aplicar a todos os bens, quer econômicos, quer culturais, uma lógica de manutenção e apropriação dos mesmos para a conquista de um espaço definido no “jogo” permanente pela dominação de um campo social. Desta forma, Bourdieu procurou escapar da lógica econômica que poderia definir as relações entre os atores que

possuem ou não poder econômico suficiente para dominar o espaço social. Dando aos elementos simbólicos, que regem as relações individuais, poder para definir ou relativizar o espaço ocupado pelos indivíduos num campo específico, Bourdieu tornou todos os atores capazes de disputar um lugar de dominação e legitimação de seu *habitus* num espaço social mais complexo.

O ator, ou sujeito social, como prefere Bourdieu, não está envolvido numa relação mecânica com estes elementos. A visão do ator é parcial e leva em consideração alguns elementos de inserção num jogo dinâmico e mutável. Essa idéia de jogo é expressamente fruto do conhecimento das regras que atuam no campo e do desejo, ainda que inconsciente, de participar do jogo. A ação interessada ou desinteressada pode favorecer determinados tipos de recompensa simbólica que não estão diretamente relacionadas ao capital econômico, ou seja, é possível que um ator aja de determinada forma visando não o lucro mas outros tipos de ganhos simbólicos, o que lhe dará a possibilidade de manter certo status (distinção) no campo em questão. Porém, embora esta dinâmica de jogo esteja presente através da inserção dos atores num campo e no espaço social, as noções de ortodoxia e heterodoxia representam um importante papel de “diferenciação” do sujeito neste campo através de seu *habitus*. É através da luta constante entre heterodoxia e ortodoxia que a escolha do que é legítimo ou não num campo social se torna possível.

A noção de campo apresenta-se de forma a articular não só a existência de estruturas e sua relação, através da mediação do *habitus*, com os atores, mas também exprime a autonomia das diferentes esferas da estrutura na conformação do espaço social (sociedade). Assim, o campo

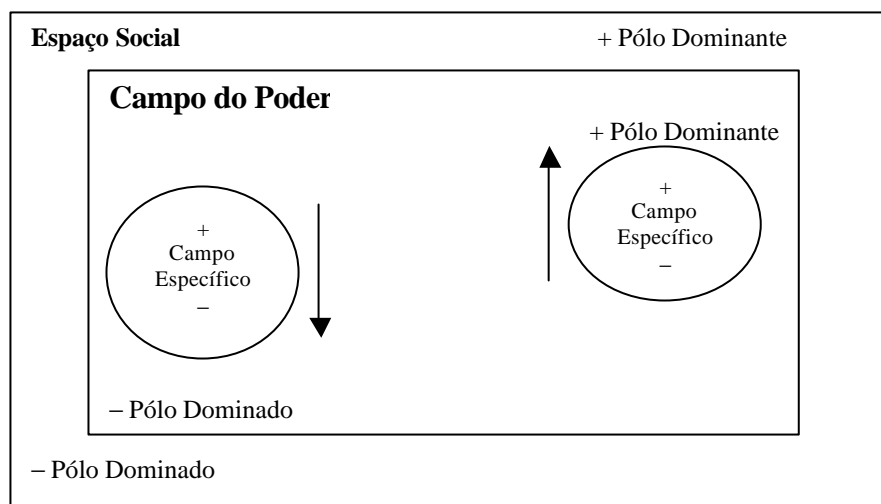
pode ser definido como microcosmos onde ocorrem as disputas dos atores por legitimação e poder em esferas específicas.

A gênese de tais campos é capítulo de extrema relevância para a teoria de Bourdieu, já que através dela pode-se compreender a formação dos *habitus*, legítimos (ortodoxo) ou ilegítimos (heterodoxo), e a relação entre estes, de forma a explicitar o posicionamento de cada ator num dado campo e o espaço de possíveis para sua ação. Porém, apesar de possibilitarem a formação de *habitus* diferenciados em seu contexto, os campos são concebidos como mantenedores de autonomia relativa. Esta autonomia se expressa através das diferentes posições de cada ator em diferentes campos, bem como nas relações entre estes no espaço social. Desta forma, a disputa encontrada no interior do campo para manutenção e legitimidade de um *habitus* e sua doxa específica é também encontrada na própria constituição do espaço, demonstrando, assim, a idéia de *homologia* das estruturas proposta por Bourdieu. O espaço social é definido como campo maior, “*como campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam*”, (Bourdieu, 1997a, p.50). Os campos (político, artístico, científico, entre outros) estão em constante disputa pela dominação do espaço, ou seja, as relações entre estes estão diretamente relacionadas à manutenção de um certo tipo de capital simbólico como proeminente e regulador das normas do espaço social, dando ao campo que o possui maior poder para legitimá-lo no espaço social.

A esfera do poder, como campo específico, inserida nesta discussão é diferenciada dos demais campos, pois, apesar de homóloga no funcionamento de suas estruturas e de sua autonomia relativa, perpassa todos os demais campos influenciando de forma relevante sobre a dominação no interior destes, (ver Bourdieu, 1999c).

O campo do poder é um campo específico, maior, que abrange e rege os demais. Essa regência não se dá de forma direta, visto que a fluidez de movimentação dos próprios campos em relação uns aos outros é relevante. O que ocorre é a disputa entre os campos para determinar, num dado período, qual dentre os capitais específicos a estes vai ser dominante na esfera do poder. Desta forma, temos que a lógica de dominação e disputa inerentes aos campos perpassam suas barreiras, devido à homologia, tornando todo o espaço social também palco de disputa por poder e legitimidade, porém, agora, entre os campos envolvidos e seus capitais respectivos.

Podemos ilustrar da seguinte forma:



Fonte: Baseado em Bourdieu, 1996a, p. 67

Inserir o campo do poder de forma diferenciada nas relações entre os demais campos e, a partir destes, entre os indivíduos em interação no seu interior possibilita uma abordagem diferenciada das posições e possibilidades de cada indivíduo em um espaço social, bem como uma maior compreensão de como, através da incorporação de um *habitus* específico e de uma biografia específica, o ator social se relaciona com o espaço de possíveis que lhe é apresentado na sua vida cotidiana.

Estes elementos abordados acima na obra de Bourdieu, quando lidos a partir do viés dicotômico entre ação e estrutura, que será criticado no capítulo posterior, possuem características estruturais. Tanto o campo social, enquanto palco para ações dos sujeitos, bem como os capitais necessários para a vinculação e geração de determinados *habitus* vão ser fundamentais na leitura e compreensão do ator bourdieusiano.

O ator na obra de Bourdieu é descrito, por um lado, como um receptor de informações e como catalisador das mesmas através de seu *habitus* e da sua incorporação, no sentido mesmo de apreensão do mundo através do corpo. Por outro lado, este mesmo ator, que é receptor, é também gerador de novas práticas que possibilitam, através da improvisação e da incapacidade de predição da ação dos demais indivíduos, que as mudanças ocorram.

Ontologicamente, este ator se funda a partir não só de seu processo de aprendizado e do seu desenvolvimento cognitivo, como também através de uma leitura corporal que o mesmo realiza em seu cotidiano durante sua biografia. É devido a esta razão — pela razão idiossincrática que leva cada indivíduo a perceber o mundo de uma forma distinta — que as ações dos

indivíduos uns com relação aos outros não são semelhantes nem necessariamente obedecem a um padrão pré-determinado. A partir disso, Bourdieu estabelece que, apesar de uma forte presença de elementos estruturais no indivíduo e nas escolhas para suas possíveis ações, “*os agentes sociais não são partículas submetidas a forças mecânicas, agindo sob a pressão de causas, nem tampouco sujeitos conscientes e conhecedores, obedecendo a razões e agindo com pleno conhecimento de causa*”, (BOURDIEU, 2001, p.43). Eles são, antes de tudo, agentes que atuam e que são dotados de um senso prático, relativo à sua incorporação e sensibilidade corporal dos elementos objetivos, e que sabem como jogar através de seus *habitus*.

Levando em consideração estes elementos que estão diretamente relacionados à ação e ao seu sujeito e voltando a estabelecer um vínculo entre este e a lógica do campo e o funcionamento das estruturas acima descritas, têm-se que é através de seu *habitus*, constituído a partir não só de elementos estruturais, porém também como disposição, que o ator se torna capaz de estabelecer conexões ativas com o mundo, ou melhor, a se inserir na lógica do jogo social.

Bourdieu define jogo não como mero entretenimento ou busca simples de satisfação humana, mas como uma experiência coletiva e individual, relacionada não só às ações dos demais indivíduos, mas também às suas próprias, onde existe um engajamento sério através de apostas simbólicas com as quais se está profundamente comprometido, (ver Calhoun, 2000).

A lógica do jogo se estabelece a partir do momento em que um indivíduo passa a ser capaz de – devido à manutenção de um *habitus*, formado por elementos incorporados, e da manutenção de um capital simbólico – apostar ou negociar, seus capitais simbólicos de forma a conjugar as melhores respostas para a suas ações. Portanto, numa definição ampla, o ator social se põe como jogador capacitado e comprometido num campo de disputas constantes, mas sempre necessariamente ligado a uma determinada posição neste campo.

A partir desta definição de jogo como experiência e comprometimento numa lógica específica do espaço social é que se tem formulada uma concepção de ação neste contexto como “estratégia”, mas não como estratégia num sentido de formulação necessariamente racional de uma ação. No sentido do jogo aqui explicitado, as ações dos sujeitos têm um forte dose de improvisação, pois são consideradas como um passo no escuro, inscrito apenas como possibilidade através de seu *habitus* incorporado e não como previsão para os fins aos quais sua ação se dirige. Neste sentido, pode-se falar em interesse, ou numa ação pautada por interesses; porém, este interesse não diz respeito necessariamente às causas ou à intenção de cada ação e, sim, ao interesse em permanecer no jogo, em estar apto a jogar e se comprometer com sua lógica.

A noção de jogo e comprometimento nos remete de volta às questões relacionadas ao constrangimento das estruturas sobre os sujeitos, já que um jogador está apto para envolver-se apenas se tiver conhecimento, acima de todos os outros elementos, das regras deste jogo. E conhecer estas regras é perceber sua situação dentro de um determinado contexto e reconhecer

aquilo de que se é ou não capaz de fazer num determinado momento, sob um contexto específico.

A posição de um indivíduo no espaço social, no espaço em que o jogo se desenrola, se define pela quantidade de capital simbólico específico que este possui e que, em conjunto com outros capitais simbólico, está circunscrito em seu *habitus*, como estrutura estruturada. A partir da manutenção deste *habitus* e das relações externas ao indivíduo, como a dominância de um campo determinado e seu capital específico que estão sob a influência das relações de poder, é que o indivíduo passa a possuir uma posição específica dentro do espaço social, o que determina sua forma específica de relação com o mundo e de percepção do jogo nos seus campos de circulação. Mas as ações dos indivíduos neste jogo vão desenvolvendo e gerando elementos novos (inesperados devido à impossibilidade completa de controle das conseqüências da ação) que são somados aos anteriores, no sentido de possibilitar que o jogo possa se perpetuar.

Desta forma, têm-se que os conceitos de ação e sujeito, ou agente, na obra de Bourdieu, não necessariamente excluem as estruturas de uma possível teoria criativa e libertadora da ação humana. A questão crucial a partir de então é como, através desses elementos do *habitus* que são incorporados, podemos estabelecer uma conexão com a liberdade individual de criação e, em seu sentido coletivo, de mudança histórica.

Passemos agora, portanto, às leituras críticas acerca da Teoria de Pierre Bourdieu, para que se torne possível, no capítulo seguinte, comentá-las e tentar discutir como a teoria de Pierre Bourdieu procura dar conta delas.

Leituras Críticas

Após esta exposição dos elementos principais da teoria de Pierre Bourdieu, gostaria de debater alguns pontos normalmente controversos de sua teoria a partir do ponto de vista de alguns autores críticos com relação ao seu trabalho e à sua tentativa de relacionar de forma inovadora ação e estrutura.

A crítica mais fundamental feita por diversos autores, como Jeffrey Alexander (1987 e 1995) e Jon Elster (1981), diz respeito a uma ausência de elementos que possibilitem uma construção de um sujeito ativo, racional e estrategista na obra de Pierre Bourdieu. A noção de estratégia aqui apresentada é parte de uma teoria na qual o indivíduo, através de sua racionalidade, age estrategicamente de forma a consolidar os fins constituídos através desta mesma lógica racional e necessariamente interessada. A ação estratégica é definida como *“um tipo de comportamento que tem conseqüências benéficas, ou até mesmo ótimas, para o agente ou os agentes, em relação a outros tipos de comportamento”*, (Elster, 1981, p.6). Essa leitura permite enxergar no sujeito bourdieusiano uma noção absolutamente vaga, ou demasiado extensa, do conceito de estratégia apresentado por Bourdieu como um dos elementos inseridos no *habitus* que pode estar presente em algum momento na ação do sujeito, de forma inconsciente, mas que não é necessariamente pautada por uma lógica do cálculo.

Segundo estes críticos, a noção de ação estratégica não está presente na obra de Bourdieu, pois sua teorização com relação à noção de ator é extremamente falha. O ator de Bourdieu parece necessariamente inserido

num contexto onde sua ação é absolutamente constrangida por uma estrutura presente em todos os ambientes de ação. Esses ambientes, segundo Alexander, são definidos por suas características interiores ou exteriores ao indivíduo, ou seja, objetivamente apreendidas do Sistema Social ou subjetivamente contidas nos ambientes psicológico e cultural. Portanto, quando Bourdieu inscreve no *habitus* todos os elementos pertencentes a segmentos diferenciados da esfera da ação individual, quer pertencentes à esfera subjetiva, quer à esfera objetiva, torna a estrutura infalivelmente poderosa, (ver Alexander, 1988).

Relativa a esta crítica parece ser interessante ressaltar que Bourdieu não consegue descer ao nível individual a ponto de dar conta dos mecanismos através dos quais os comportamentos estratégicos são escolhidos. A noção de mecanismo diz respeito ao momento específico de escolha por uma determinada ação, ou seja, aos instrumentos subjetivamente coordenados que induzem à escolha de uma ação específica que responda de forma otimizada às demandas externas, sociais. Os mecanismos e o conceito de ação estratégica estão necessariamente ligados a uma noção de ação racional onde o ator parece dominar o sentido de sua ação. Neste sentido, portanto, é evidentemente constituída uma relação de causa e efeito, ou melhor, uma relação consciente entre os meios e fins de uma determinada ação. Essa relação causal também parece estar ausente ou pouco enfatizada na construção teórica de Bourdieu, devido à utilização recorrente da expressão “tout se passe comme si” quando das explicações acerca da escolha de uma ação específica num determinado contexto, (ver Elster, 1981).

O *habitus* enquanto estrutura estruturante, ou seja, como entidade diretamente relacionada a uma capacidade de ação e criação, ou seja, como uma disposição para o agir, é lido como elemento de operacionalização de uma explicação estrutural do social, aparecendo como posição mimética e reflexiva das estruturas sociais. A construção deste *habitus* é considerada como incorporação de categorias objetivas do mundo social, exterior, que estão presentes na forma como os campos estão dispostos no espaço social e dos poderes específicos destes campos.

O conceito de capital também é duramente criticado devido à sua filiação direta ao marxismo, fazendo com que, no funcionamento e relações estabelecidas entre os campos como frutos da dinâmica dos capitais simbólicos, o campo econômico se sobressaia em relação aos demais. O capital econômico, que, no Capitalismo, ocupa um lugar privilegiado e dominante dentro do espaço social, privilegia atores que dominem seu capital específico, colaborando, numa lógica inerente a este campo, para a perpetuação da sua dominação. Assim, a crítica que se funda diz respeito a um determinismo econômico no espaço social, parecendo não validar ou dar possibilidades de mudança ao mesmo. Esta lógica econômica possibilita, para os críticos, uma manutenção da polarização dos capitais, de forma a constituir duas classes antagônicas, heterodoxia e ortodoxia, que lutam constantemente pela dominação dos campos e do espaço social de forma geral.

O próprio conceito de capital e sua lógica marxista, que é a da dominação dos meios de produção e assim do capital econômico, progredindo a uma exclusão de seus não-detentores, gera uma leitura

distinta e bastante acirrada da lógica estabelecida por Bourdieu quanto à produção e manutenção dos capitais simbólicos. Os ganhos simbólicos que variam de acordo com a dominação de um determinado tipo de capital, segundo esta lógica do determinismo econômico, são uma tentativa falha de relativizar as relações de dominação (econômica) inseridas no espaço social. Desta forma, a própria noção de campo é também prejudicada, pois não parecem relevantes as relações estabelecidas entre estes, devido à lógica imperativa do capital.

O viés marxista imposto por essa leitura é também fundamentado na idéia das homologias entre os campos. Essa homologia torna as estruturas recorrentes em qualquer campo, bem como as relações de dominação neles inscritas. A homologia, sob esta ótica, funciona como “cópia” dos modelos estruturais de um campo a outro e, de forma mais geral, do próprio espaço social. Portanto, se num contexto onde o espaço é dominado por uma lógica economicista, sendo o campo econômico o que domina este espaço, a tendência homológica dos campos e suas estruturas é de legitimação das relações estabelecidas no campo econômico (justificada também pela noção de *habitus* como inculcação dos elementos estruturais e de suas relações de poder). Desta forma, a apropriação de maior capital ou menor capital rege a estruturação do espaço e torna “distintos”, ou não, os seus detentores.

Esta homologia, que tem lugar nas relações entre os campos e o espaço social, compromete a noção de autonomia que é proposta por Bourdieu. De acordo com este sentido mimético, a homologia impossibilita que os campos se liberem de uma lógica estrutural, geral para o espaço,

dando-lhes, portanto, sob a ótica econômica, a impossibilidade de fugir às suas regras.

Um dos conceitos mais reclamados como ausente, ou como minimamente explicitado na teoria praxiológica de Bourdieu, é o de reflexividade. A noção de reflexividade, cara aos etnometodólogos e interacionistas simbólicos, se fundamenta na noção de um sujeito consciente, capaz de acessar recursivamente os elementos estruturais (apreendidos por ele em seu processo de socialização, aqui entendido como processo contínuo de inculcação de elementos presentes no mundo na forma de experiências passadas, depositados como estoques culturais¹¹) e de perceber e explicar o mundo através destes (auto-reflexividade). De acordo com esta visão, a obra de Bourdieu carece não de um estoque cultural, onde as experiências estão guardadas, e sim desta noção de recursividade, à qual o indivíduo lança mão no momento de sua ação. Portanto, na ausência desta recursividade que ligue diretamente estes elementos estruturais e a consciência individual no momento da ação, fazendo perceber que caminho ou atitudes tomar, a noção de reflexividade parece esvaziada de seu sentido na obra de Bourdieu.

Através da definição de Giddens (1995) acerca do conceito de reflexividade, aqui como reflexividade estrutural, tem-se que o sujeito em Bourdieu também não está reflexivamente capacitado, por não dominar necessariamente esse acesso reflexivo ao conhecimento que o possibilite compreender objetivamente o mundo e suas regras. No entanto, esta crítica diz respeito a forma como Giddens define esta reflexividade: como uma

¹¹ Em Bourdieu, a categoria que mais se aproxima deste conceito, por sua característica de estrutura, estruturada é o *habitus*.

ação que reflete as regras e recursos da estrutura através das condições sociais de existência dos indivíduos, tornando possível, através de um crescente domínio do conhecimento especializado para a reflexão, a mudança nas regras e recursos da estrutura social.

Esta leitura e possibilidade de mudança proposta por Giddens nos remete necessariamente aos elementos temporais e históricos presentes nas teorias sociológicas de forma geral, bem como a possibilidade de mudança que é inerente à historicidade em uma teoria.

Mais uma vez, devido à formulação de seu conceito de *habitus*, como dispositivo de ação e como lugar de permanência dos elementos estruturais, Bourdieu é acusado de não possibilitar a existência de mudanças no espaço social, e, assim, de construir uma teoria a-histórica, onde categorias como tempo e uma relação com o futuro não estão presentes. Não apenas o conceito de *habitus* é aqui fundamental, mas também suas relações com o conceito de agente social e de homologia, pois é a partir destes que Bourdieu constrói seu espaço social e limita suas fronteiras. Como o ator não age conscientemente, e é descrito como reproduzidor de uma lógica econômica específica, através de um *habitus* pautado na força legitimadora das relações econômicas, as possibilidades de mudança aparecem como praticamente nulas na sua teoria.

Todos estes elementos e leituras críticas levam, sob meu ponto de vista, a um lugar específico que tem nos conceitos de *habitus*, prática e reflexividade o seu ponto central, qual seja a noção de criatividade como elemento que possibilita uma modificação da relação indivíduo-sociedade, visto que, ao autorizar um sujeito a agir criativamente, possibilita que este,

através desta ação, modifique a organização estrutural de seu espaço de ação e possa abrir caminho a uma mudança maior.

Essa leitura sob o ponto de vista da criatividade é então necessária, de forma a esclarecer como os pontos acima criticados podem ser rearticulados sob um ponto de vista diferenciado e crítico, que é o de Pierre Bourdieu, tanto da objetividade e subjetividade presentes na Teoria Sociológica Contemporânea, como de uma nova leitura das dicotomias teoria/prática, como categorias de análise, e ação/estrutura.

CAPÍTULO III

DE AÇÃO E CRIATIVIDADE NA TEORIA DA PRÁTICA DE PIERRE BOURDIEU

De acordo com os elementos vistos até agora, existem diversas formas de responder a uma visão dicotômica que explica os fenômenos sociais através de pares fundamentais, quais sejam: ordem/mudança, ação/estrutura e prática/teoria. Apesar de terem sido discutidos até quase a exaustão, estes elementos permaneceram centrais para uma teoria que se queira completa e de alcance mais ou menos razoável.

No entanto, como forma de revisão destes pares, a Teoria da ação criativa foi apresentada e explicitada, dando-se ênfase a seu caráter inovador e aos seus conceitos que dessem conta justamente de uma síntese sociológica, muito embora sua articulação não se concentre apenas sob este ponto de vista. Seus conceitos mais fundamentais de situação, sociabilidade e corporeidade foram apresentados como alternativa de articulação entre ação e estrutura, através de um redimensionamento da noção de racionalidade, bem como a partir de uma releitura da prática dos indivíduos e da incorporação dos elementos estruturais, presentes numa corporeidade crescente. Observou-se como os elementos de socialização podem ser expressos pelo corpo e como este corpo, como presença no mundo e compartilhador de sensorialidade com os demais corpos, cria uma gama de redes de conexão entre os indivíduos, tornando-os interdependentes e atribuindo-lhes uma noção indispensável de coletividade.

Neste sentido, essas noções tornaram-se fundamentais para o reconhecimento de uma nova abordagem das teorias acionistas e de suas explicações sobre fenômenos sociais, bem como para uma possível revisão do papel dos indivíduos neste contexto.

Seguindo uma lógica crítica que se estendeu desde as descrições sobre o campo sociológico (científico) como passível de desentendimentos e como palco de disputas por legitimidade com relação a conceitos que se queiram universais, Bourdieu foi incorporado justamente como crítica a uma noção de Ciência Social baseada mais fortemente, no que diz respeito à teoria e a prática e à ação e estrutura, numa racionalidade indiscutível dos atores e desta racionalidade como ‘meio de ativação’ de qualquer ação passível de explicação objetiva. Nesse sentido, Bourdieu não só é crítico desta visão de ciência, como também de uma visão estritamente racional da ação humana como passível de objetificação e de análise científica. Seu conceito de prática incorpora novos elementos a essa ação, bem como legitima formas de ação não racionais através de uma capacidade de in‘*corpo*’ração no sujeito de elementos que o disponibilizam a agir sem necessariamente fazerem uso de uma atividade racional para tanto. O conceito mais fundamental que liga profundamente estas discussões é o de *habitus*. No entanto, este conceito, como diversos outros, é duramente criticado como forma de articulação de uma dominação estrutural da ação e como aprisionador da capacidade de criação do sujeito bourdieuiano. Estas críticas trazem à tona a questão mais fundamental acerca da construção teórica de Pierre Bourdieu, qual seja: se é possível uma ação criativa de seu

sujeito e, se sim, a partir da articulação e releitura de que elementos em sua obra é que ela pode ocorrer?

Portanto, faz-se necessário articular, neste momento, os conceitos mais fundamentais de uma teoria da ação criativa aos conceitos elementares da Teoria praxiológica de Pierre Bourdieu, para mostrar como, a partir de uma aproximação destes conceitos e uma possível correspondência entre eles, pode-se vislumbrar uma nova leitura da obra bourdieusiana e uma possível resposta a algumas das críticas recebidas.

A articulação destes conceitos vai seguir três etapas distintas que vão enfatizar como cada par parece estar remetendo-se a elementos que se originam de uma leitura próxima dos conceitos fundamentais em cada teoria. O conceito de *habitus* é central na obra de Bourdieu e pode ser articulado em conjunto com os conceitos de corporeidade e situação presentes na teoria da ação criativa. Os conceitos de situação e sociabilidade parecem estar intimamente relacionados na obra de Bourdieu a partir de suas definições de campo social e de capital, através da formação e desenvolvimento destes e em sua relação com o conceito de *habitus* como incorporação de elementos que vão estar presentes no indivíduo através de seu processo de incorporação e aprendizado. O conceito de ação propriamente vai estar presente na obra de Bourdieu através de uma ligação dos elementos presentes no *habitus* e nas posições estabelecidas num campo para cada indivíduo, bem como na lógica de jogo como campo fecundo de ação e criação de estratégias que ativam o sujeito na sua busca por legitimidade através da minimização das perdas e tentativa de otimização de seus ganhos simbólicos.

Portanto, articular estes conceitos é uma forma fundamental para a compreensão de como os atores agem, em determinado campo e no espaço social de uma forma geral, como articulam os elementos estruturais, enraizados em seu *habitus* e como, a partir deste *habitus*, é feita a escolha de uma ação passível de ser considerada criativa.

O Habitus como Situação e Corporeidade

A ação individual, como vista em diversas teorias da ação social, tem como parâmetros sua racionalidade e sua intencionalidade. Cada ação, sob esta ótica, vai estar pautada numa capacidade racional que o indivíduo possui de conectar meios e fins para sua ação através de um cálculo racional de consecução de metas. A intencionalidade desta ação está também diretamente ligada a esta capacidade teleológica de estabelecimento de metas. Um indivíduo, portanto, antes de sua ação prática, teria necessariamente que estabelecer essas metas mentalmente, utilizando a intencionalidade intrínseca a essas metas como ativação de sua ação. Essa concepção de ação traz à tona um problema relacionado à separação de elementos práticos e mentais de uma ação, fazendo com que sua ocorrência se dê como fruto de uma capacidade cognitiva de estabelecer metas e de intencionalmente buscar realizá-las, (ver JOAS, 1996).

No entanto, se esta separação é feita, tem-se que a capacidade de ação do indivíduo é necessariamente ligada à capacidade cognitiva dos atores e que esta capacidade cognitiva é necessariamente anterior à ação. Sendo assim, a única forma de conceber o poder das estruturas sobre esta ação seria o de que, na melhor das hipóteses, as estruturas estariam presentes no momento de estabelecer as metas a serem alcançadas. No entanto, devido à sua busca por uma nova concepção deste elemento, a ação criativa não se pauta em estruturas que alimentam a escolha de metas, e sim em estruturas como processo em formação através da própria ação do indivíduo.

Desta maneira, ainda que esta noção alcance uma nova visão da relação entre as estruturas e a ação, mantendo a capacidade de criação do

sujeito e o seu poder sobre estruturas, estas mesmas estruturas parecem ser fixadas posteriormente ao seu estabelecimento, sendo a partir de então controladora de ações e da consecução das metas individuais. O que se propõe, no entanto, é uma via de mão dupla nessa relação, onde as estruturas dadas numa determinada situação não são fixas nem neutras, e sim respondem e pedem por ações a todo momento.

Desta forma, agir não se torna uma atividade localizada num contexto estático. A ação passa a ser dinamicamente inserida numa situação onde se conhece e se é capaz de alocar elementos que são, até certo ponto, demandados pela própria situação. Dentro deste esquema, o ator é capacitado a agir, e sua ação é intencional no sentido de que é executada através da distinção das possibilidades adequadas de ação naquele momento, (ver Calhoun, 2000 e Bourdieu, 1997b e 2001). Em outras palavras, a consecução das metas a serem atingidas e a situação na qual os atores estão inseridos para escolhê-las e agir estão intrinsecamente ligadas e agem uma sobre a outra, dando ao ator uma capacidade de adequação de sua ação à situação demandante de uma ação específica.

Esta concepção pode ser mais facilmente compreendida quando se tem um indivíduo em um contexto completamente diverso daquele ao qual está adequado, como, por exemplo, em um país no qual não se domina a língua e os códigos de conduta, normas e regras necessários a uma ação. Neste contexto, o indivíduo, ainda que procure agir pautado pela definição de metas e por um cálculo racional, não possui capacidade ativa já que não é demandado pela situação específica, nem está preparado para responder de forma adequada à situação. Sua resposta não é significativa pois o ator

não possui uma percepção específica e atualizada dos símbolos de linguagem necessários naquele momento e naquele contexto.

Pode-se compreender, portanto, que uma definição de metas e uma situação são dois elementos absolutamente interligados e que se influenciam mutuamente, numa relação dinâmica. Estes conceitos dão ênfase à incapacidade de ação de um indivíduo no vácuo, sem elementos estruturantes que o capacitem a agir, bem como enfatizam também uma resposta situacional que demanda um certo tipo de ação num certo contexto e que já é percebida anteriormente pelo ator.

Através desta nova leitura da ação como formadora de estruturas e das estruturas como categorias dinâmicas que demandam ações do indivíduos, pode-se levar em consideração que o conceito de *habitus*, como proposto por Bourdieu, estabelece entre os elementos estruturais e a ação justamente esta mesma relação.

O *habitus* é uma disposição para a ação que funciona como fonte criadora de categorias (esquemas classificatórios) e que possibilitam ao indivíduo definir e adequar suas ações a uma determinada situação. É justamente nesse sentido que o *habitus* pode ser definido como estrutura estruturada e estrutura estruturante. Sua estruturação está necessariamente ligada a uma situação dada, definida por códigos incorporados através do processo de aprendizado, bem como qualquer ação individual provoca respostas a situação, que são classificadas e respondidas através do próprio processo classificatório, por adequação.

Dentro desse contexto, a noção de campo social apresentada por Bourdieu parece se adequar a uma noção de situação dada, de campo, onde

o jogo é desenvolvido. A própria noção de jogo traz à tona uma referência implícita à situação na qual os sujeitos irão agir. Dentro de um campo específico, o jogo é definido pelas regras e normas inerentes àquele campo. No entanto, para permanecer comprometido e inserido nessa lógica, o ator precisa adequar elementos de seu habitus de forma a responder às demandas do próprio jogo. Assim, através de sua ação, o próprio jogo é desenvolvido e, por sua dinâmica própria, gera demandas para a manutenção deste jogador em determinado campo.

Todos os elementos relacionados nessa relação dinâmica entre uma situação e a resposta ativa do sujeito são frutos da incorporação e da percepção de elementos exteriores e de uma classificação interior destes por parte do indivíduo. Essa percepção está pautada num sentido de inserção corporal do indivíduo no mundo e da capacidade sensorial do corpo. O corpo funciona não como mero receptáculo dos elementos estruturais, mas como filtro sensorial que ordena e classifica a percepção humana de diferentes formas. Dessa maneira, um ator social não é meramente um receptor de elementos culturais e seu reproduzidor. Essa diferença corporal na percepção do mundo é que faz com que se ocupe uma posição específica num determinado contexto, pautado por uma lógica intrínseca de adaptação individual.

Esta lógica de adaptação se dá por meio da compreensão da realidade como objetivamente existente, como real e, assim, exterior ao indivíduo. Porém, essa realidade é não só objetivamente existente e exterior ao indivíduo, como também é percebida como passível de ser modificada através das ações destes indivíduos. Desta forma, cada indivíduo possui

conhecimento de que, através de sua ação, essa realidade pode ser modificada. No entanto, como essa modificação é possível, e como é possível agir dentro deste esquema?

Para Bourdieu, a percepção do mundo como externo aos indivíduos é possível através de uma noção de jogo, onde o indivíduo domina suas regras e possui capacidade de agir sobre este jogo de forma a modificá-lo. A inserção através do habitus, enquanto presente no corpo e que é passível de modificações devido à dinâmica de incorporação constante de novos elementos, possibilita a compreensão de como, num determinado momento, o indivíduo pode inclusive se abster de sua ação de forma interessada, visando uma maior recompensa simbólica posterior, (ver Bourdieu, 2001). Essa noção de interesse entra em cena para definir a capacidade de adequação dada aos indivíduos, através de seus habitus, num determinado momento e sob determinadas circunstâncias, (ver Bourdieu, 1997a). Esse habitus, portanto, permite perceber o momento exato e a forma como a ação deve ser executada, mas não só mentalmente, como também fisicamente (abandonando a idéia de uma corpo inerte na ação social).

A percepção e atuação no mundo é apreendida a partir da socialização e da construção de esquemas corporais que proporcionam uma nova visão do corpo como instrumento ativo e passível de uma intencionalidade inerente à ação. Essa intencionalidade inscrita no corpo, segundo Merleau-Ponty (1999), é fruto da capacidade de cada ação de gerar em si mesma uma intencionalidade que não está ligada diretamente a uma intencionalidade cognitiva de execução de tarefas ou ordenação da prática. Essa intencionalidade ocorre quando geramos, para uma determinada ação,

uma situação específica à qual o corpo responde seguindo parâmetros estabelecidos pela socialização, de forma a dar respostas adequadas à situação dada.

Esse parâmetros, estabelecidos pela socialização através do corpo, passam também pela categoria de habitus, como clarificada por Bourdieu em seus trabalhos mais recentes. Assim, o habitus de um indivíduo é formado justamente através desse processo de socialização que o capacita a responder ativamente a cada barreira imposta por situações específicas. No entanto, por ele próprio ser formado por elementos incorporados a partir de situações dadas, permite, portanto, ao indivíduo reconhecer os parâmetros mais adequados para cada situação. Nesse sentido, o habitus, enquanto conjunto de disposições e capitais simbólicos permanentemente mutável, funcionaria como classificador das situações dadas e como suporte para a adequação e escolha das ações que podem se realizadas naquele momento.

No entanto, apesar de ser um classificador e um dispositivo para as ações do sujeito, esse habitus só é recursivamente ativado quando a percepção sensorial, pelo corpo, é levada em consideração, podendo-se então compreender simbolicamente qual o contexto para a ação e que elementos deverão ser utilizados para tanto.

Aqui é de fundamental importância perceber que, para Bourdieu, as noções que estão incorporadas num habitus são simbolicamente significativas através de uma percepção também de atos físicos, de posturas que refletem uma determinada posição e disposição para ação. Portanto, agir significa também ser coerente com suas próprias limitações e com a capacidade pessoal para agir numa determinada situação. Neste sentido,

pode-se estabelecer uma conjunção de ações não mentalmente determinadas, nem seguidoras do par meios-fins, como ações possíveis devido à própria adaptação física a um determinado contexto ou situação. Um exemplo disso é a análise de Bourdieu sobre o consumo e prática diferentes de determinados esportes que é feita em *Distinction* (1998a). Os atores em diferentes posições sociais, distintos por sua classe social, que também é fruto de uma conjugação de capitais simbólicos em *habitus* diferenciados, praticam diferentes esportes como valores simbólicos inseridos em seu *habitus*, porém classificando-os também de acordo com elementos que passam pela lógica de uso e posicionamento do corpo e da força física desprendidas em tais esportes. Não é a toa, portanto, que um esporte como o golfe – caracterizado por uma movimentação relativamente pequena do jogador e por seu mínimo esforço –, comparado a outros esportes, como, por exemplo, o tênis, vai estar relacionado a uma elite que domina o espaço social. Essa dominação e distinção, inclusive da força física necessária à prática do esporte ou ao trabalho, é fruto de uma composição de um *habitus* específico e dos capitais simbólicos requeridos para que o ator seja considerado dominante num campo naquele determinado momento, bem como qual dentre os campos em questão irá determinar a lógica do espaço social.

O Espaço Social como Situação

Entender a lógica de funcionamento de um campo social é fundamental para incluir a idéia de criação na Teoria da Prática de Pierre Bourdieu. O campo social funciona em consonância com um *habitus*

específico que o representa, sem no entanto ser um domínio estático ou fixado no espaço social pelas práticas do ator. Através da dominação de diversos capitais sociais, via habitus, os atores ocupam posições diferenciadas no campo e lutam, a todo momento, pela manutenção de uma posição de domínio neste campo. No entanto, a formação do campo também vai definir, sob uma certa ótica, qual a posição dos atores no espaço social e quais as possibilidades de legitimação de seu habitus numa determinada situação.

No entanto, em diversas ocasiões, essa luta por legitimidade não diz respeito apenas à aquisição de um determinado capital simbólico e sim a uma legitimação da própria atuação do indivíduo numa determinada esfera. O ator bourdieusiano não ignora os demais, nem muito menos os menospreza, enquanto jogadores inseridos no mesmo campo e sujeitos às mesmas influências. O ator conhece sua posição justamente em contraposição às demais posições, estabelecendo assim um diálogo constante com os demais. É justamente por essa capacidade de apreensão da presença dos demais jogadores que o indivíduo é capaz de agir e comunicar-se simbolicamente no jogo.

Nesse jogo, que acontece dentro de um espaço social, definido na contemporaneidade pelos Estados-nação, cada ator é fruto e criador de elementos simbolicamente significativos que serão classificados e apreendidos na forma de habitus, para posteriormente serem recursiva e praticamente utilizados. O espaço social pode ser, portanto, comparado ao conceito de situação já que compartilha com este seu caráter dinâmico e demandante da ação dos indivíduos, bem como espaço onde as ações são

praticamente efetuadas. Cada espaço social requer um conhecimento, por parte do ator, de seus elementos, bem como a capacitação deste próprio ator para agir no mesmo.

Essa capacidade de ação dentro de um espaço social vai estar definida pela lógica da adaptação e da capacidade de manutenção dos capitais simbólicos adquiridos ao longo da vida. No entanto, essa manutenção e essa conjugação de elementos requer uma socialização, onde, antes de tudo, aprende-se como se inserir e definir sensorialmente quais os elementos que devem ser utilizados para tanto, dentro dos campos em que se circula, bem como dentro do espaço social no qual se está inserido. O aprendizado requer não apenas capacidade cognitiva, como também capacidade física que é também aprendida. Os limites físicos de cada indivíduo também funcionam como elementos que definem uma posição num determinado campo e como elemento de um *habitus* que vai interferir profundamente na percepção do jogo e do mundo, de forma geral.

É através desse aprendizado prático, físico e da capacidade de ação prática que Bourdieu incorpora sua lógica da prática e gera com ela uma possibilidade de ação e, além disso, de ação criativa.

O Corpo Ativo e Criativo

De acordo com os conceitos acima e anteriormente expostos, o ator de Bourdieu não aparece como mero resultado de uma estrutura fixa e ordenadora que lhe inculca regras e define suas ações.

A ação aparece como categoria fundamental na noção de *habitus*, visto que para a formação deste, aquela é imprescindível. Para que o

elementos contidos no *habitus* sejam definidos, a capacidade de ação de cada indivíduo é essencial. No entanto, essa capacidade não é vista apenas como mentalmente articulável ou como mera reprodução, mas, antes de tudo, como capacidade criativa que gera elementos que subsidiam e demandam ações posteriores.

O corpo humano, em toda a sua dimensão, biológica e mental é o palco de todas estas transformações e criações, embora possamos considerar o real como concreto e externo aos indivíduos. O corpo e suas atividades físicas, fundamentalmente, tem sido relegados a uma categoria de menor valor em algumas das teorias sociológicas devido ao fato de que, numa lógica de estabelecimentos de campos científicos específicos com objetos específicos, não seria parte de uma Ciência Social dar conta de alguns de seus elementos como a cognição e a prática habitual, como ação física.

No entanto, como foram vistos aqui, estes elementos abrem caminho a uma nova dimensão da ação humana como fruto de uma sensorialidade e percepção inerentes a esse corpo, bem como da relação deste com o mundo e com os demais corpos. Distinguir essa nova lógica da prática, apresentada tanto por Bourdieu, quanto pela Teoria da ação criativa, é fundamental para a compreensão de uma criatividade imanente a toda a ação individual, bem como para qualquer estudo que queira enfatizar as mudanças históricas em um determinado contexto.

A criatividade é percebida como a capacidade de mudança que uma ação é capaz de gerar, bem como é aquela ação que não pôde ser prevista e antecipada pelos sujeitos sociais. Tem-se, ainda, que uma ação criativa é

aquela completamente nova e dissociada de quaisquer possibilidades de interação com uma determinada estrutura. No entanto, esta forma de ação criativa é impossível pelo simples fato de que qualquer ação ocorre necessariamente dentro de um contexto específico e sob condições pré-determinadas, ou que se auto-determinam, justamente no momento da própria ação. Desta forma, uma ação criativa é explicada não por sua capacidade real de criar o novo (completamente desenraizado), mas como capacidade de modificar, através da conjunção específica de elementos já presentes, uma dada situação social e, possivelmente, as relações entre os indivíduos neste domínio.

Dentro desta concepção, os elementos de ação e estrutura não necessitam ser dicotomizados, pois as estruturas, embora também acessíveis e dinâmicas, são necessárias como local onde a ação é efetuada e como demandantes de ações para a sua formação. Assim, A Teoria da Prática de Bourdieu, através de seus conceitos elementares de prática e habitus, como incorporação e como estrutura que baseia a ação, parece ser uma forma bastante interessante de redimensionar as relações dicotômicas presentes nas teorias da ação de uma forma geral e também em algumas teorias estruturalistas, como, por exemplo, o estruturalismo lévi-straussiano e neofuncionalismo de Alexander.

Sua noção de prática está justamente pautada na capacidade de cada indivíduo de agir e ser capaz de agir dentro de um determinado contexto, de forma a gerar ações significativas para os demais indivíduos. A intencionalidade destas ações, no entanto, não está necessariamente relacionada à consecução de metas definidas. Nem sempre se age para um

determinado fim específico, e é devidamente por defender esta concepção que Bourdieu critica a noção de consciência encontrada no marxismo. A consciência é fruto de uma ação intencional, na qual o sujeito é capaz de reconhecer mentalmente que caminhos deve seguir para chegar ao fim desejado. No entanto, a ação como prática física é definida, não por uma intencionalidade cognitiva, mas por uma determinada forma de agir, inclusive fisicamente, o que determina posturas corporais num momento dado, bem como o tom da voz ou a melhor forma de abordar uma pessoa.

Essa prática enquanto ação é incorporada pelos indivíduos em seus *habitus*. Quando um indivíduo está exposto a uma certa situação que demanda dele determinadas ações, inicialmente sua reatividade é física e, por isso, em muitas circunstâncias, incontroladas. Embora numa ação intencional, quando se busca a consecução de metas, possamos ter o controle efetivo de nossa capacidade física, em alguns casos isso é praticamente impossível, como quando um indivíduo, racionalmente, tenta dormir. Caso este indivíduo apenas deseje conscientemente dormir, sem que prepare o ambiente adequado para tanto, sua meta (adormecer) será dificilmente atingida. Portanto, mostra-se assim a importância central do contexto, enquanto situação, para que uma ação possa ocorrer.

Na lógica de um jogo, seguindo as indicações de Bourdieu, quando, por exemplo, se pratica algum esporte que requer força física, embora se tenha a noção de que agindo e golpeando determinados pontos a tendência é desarmar o inimigo, alguns elementos reativos das ações humanas podem ser encontrados e sua intencionalidade física é sempre latente. Caso um jogador possa prever uma jogada antecipando-a mentalmente e no momento

de sua ação um outro se interpõe a ela, essa surpresa ou nova situação que se apresenta o fará modificar o rumo de sua ação exatamente no momento de sua execução, sem que tenha sequer tido tempo para antecipá-la mentalmente, calculando as possibilidades que levariam, de forma ótima, ao fim desejado. Assim, tem-se que, em certas ocasiões, algumas ações podem ser intencionalmente executadas no que diz respeito a uma intencionalidade prática, inscrita no corpo que é ativo e não inerte, como no caso das leituras da ação racional, onde o último é apenas instrumento de realização, autômato.

O corpo em Bourdieu, portanto, é caracterizado como foco central da ação e como estar no mundo capaz de executar ações que não são necessariamente calculadas. Quando, por exemplo, se apresenta um trabalho ou coisas do gênero, calcula-se pela percepção física do ambiente o tom da voz a ser utilizado, e por uma percepção racional, devido ao tipo de platéia, de que forma o tema deve ser abordado. No entanto, se considerarmos que é a primeira vez que o ator desempenha esta tarefa, pode-se observar, algumas vezes, uma ruborização de seu rosto, sem que o mesmo tenha controle de tal fato, o que indica uma certa dose de desconcerto e desconforto diante de tal situação. Essa resposta física a uma situação inusitada, pode gerar respostas diferenciadas e leituras distintas nos demais indivíduos e, dependendo destas, vão se estabelecer novas formas de trocas simbólicas num determinado contexto.

A forma como cada símbolo é percebido por atores diferenciados é um elemento importantíssimo para a compreensão da criatividade latente das ações humanas. Cada indivíduo tem esquemas de percepção específicos,

embora socialmente construídos (*illusio*) numa relação dialética com os elementos estruturais, a partir dos quais classifica as ações alheias e os significados das mesmas. Essa *illusio*, no entanto, não pode ser comparada a uma noção de falsa consciência, pois sua existência é sempre presente para o indivíduo enquanto parte ativa do jogo social. É esta *illusio* que media o comprometimento do indivíduo no espaço social. É justamente através deste esquema de percepção que o indivíduo pode ser capaz de ler simbolicamente o mundo e de inferir quais as demandas para suas ações naquele momento. Essa inferência, como mostrada anteriormente, pode ser definida não só através das ações do outro, mas também através de suas práticas (no sentido aqui de uma reação ou movimento corporal). No entanto, à medida que o próprio corpo dos indivíduos se modifica, a incorporação de elementos para seu *habitus* específico também se modifica. Com isso, sua posição específica num determinado campo também será afetada, (ver Joas, 1996 e Bourdieu, 2001).

Através da modificação dessa posição específica num campo social dado, o indivíduo está também sujeito a novas interferências de fatores antes desconhecidos para ele. Essa nova situação requer novas respostas e com isso novas ações no sentido de articular de forma diferenciada os elementos presentes anteriormente. Essas modificações estão presentes no cotidiano de todos os indivíduos e são uma situação normal em seu processo de envelhecimento. O posicionamento diferenciado que é necessário, portanto, a cada momento, é um elemento essencial para que ações criativas tenham curso.

Portanto, sob este ponto de vista, podemos considerar que o ator bourdieusiano é fundamentalmente ativo e criativo devido à sua enorme capacidade adaptativa, à sua corrente redefinição da posição que ocupa num contexto social específico e ao jogo dinâmico que lhe oferece a todo momento a chance de rever e reordenar suas práticas.

Teoria da Prática como Síntese

Podemos tomar, então, a Teoria da Prática como síntese possível (e não única) entre ação e estrutura, no âmbito das teorias sociológicas. O *habitus*, como elemento-chave nesta relação, ocupa um papel singular no que diz respeito à capacidade ativa do sujeito. Seu viés estrutural é redimensionado a partir de uma nova conceituação de estrutura enquanto situação e espaço onde as ações ocorrem. Desta forma, não se pode considerar que esta noção dê a toda a teoria bourdieusiana um rótulo de estruturalista (no sentido aplicado por Alexander à obra de Bourdieu), visto que as estruturas contidas nesse *habitus* são consideradas mutáveis, através da incorporação de novos elementos e das leituras distintas que são possíveis devido às mudanças que ocorrem no corpo do indivíduo.

Esse indivíduo é também redimensionado a partir de uma nova leitura do corpo como “ser no mundo”, abandonando-se a idéia de corpo-coisa das leituras de ação até então consideradas, como, por exemplo, a do individualismo metodológico. Esse “ser no mundo” permite a incorporação de ações práticas, até então consideradas contingentes em relação às ações mentalmente (racionalmente) elaboradas.

As noções de mecanismo e estratégia, a partir da introdução da prática como forma possível de ação, parecem perder sua força, no que diz respeito a racionalidade específica a que se referem. A prática não suporta um conceito de racionalidade como cálculo. Este conceito não pode ser incorporado a um modelo onde o indivíduo só é capaz de dar vazão à sua ação dentro de contextos específicos, num momento dado. Esse contexto, no entanto, é percebido de formas diferenciadas pelos atores, que, apesar de possuírem uma noção do sentido do jogo, não tem controle sobre ele. Dessa maneira, pode-se considerar que as estratégias, apesar de passíveis de construção, não podem levar a fins específicos, pois esses fins dependem necessariamente de um contexto no qual o ator esteja inserido. Contexto este, que o ator não domina.

Portanto, podemos considerar que *“somente existem ação, história, conservação ou transformação de estruturas, porque existem agentes irreduzíveis ao que o senso comum e o ‘individualismo metodológico’ introduzem na noção de indivíduo e que, enquanto corpos socializados, são dotados de um conjunto de disposições contendo ao mesmo tempo a propensão e a aptidão para entrar no jogo e jogá-lo com maior ou menor êxito”*, (Bourdieu, 2001, p.190).

As disposições (habitus), que transformam e mantêm as ações individuais e as estruturas relacionadas a estas, contêm capitais distintos que interagem de forma dinâmica em seu interior. No entanto, a relação destes capitais é definida pela lógica dos campos específicos aos quais fazem parte. Apesar da utilização deste termo marxista, o capital aqui é

amplamente aplicado como “moeda” simbólica que dinamiza as relações entre os atores no campo, distinguindo, porém, aqueles que detêm maiores quantidades deste mesmo capital. O próprio Bourdieu aceita a crítica, relativa a um possível marxismo, ao seu conceito e articulação dos capitais. O autor reconhece que, dentro de uma lógica capitalista do mundo contemporâneo, o capital econômico ocupa lugar de destaque, tanto no campo do poder, quanto no espaço social. Esse destaque proporciona uma dominação daqueles indivíduos que possuem maior capital econômico. Mas, tendo em vista a situação do mundo atual e o engajamento do próprio Bourdieu em questões políticas recentes, será que é possível, e interessante, negar essa crítica?

Sob o ponto de vista aqui abordado, as modificações circunstanciais e históricas são possíveis. A volta de um sujeito completo, mente e corpo, permite a criação de novos contextos, onde elementos também corporais sejam considerados válidos. O sujeito torna-se o centro das discussões sobre a mudança e, seu corpo, uma nova chave de análise para a compreensão, não só de elementos como intencionalidade e sentido da ação, como também de suas relações com os elementos mais duradouros presentes na história.

Criar, portanto, parece ser um elemento presente e importante nas ações do sujeito bourdieusiano. Porém, nem esse sujeito, nem essa criação, podem ser considerados, como têm sido até então, opostos às estruturas que geram as situações e contextos de ação. Sendo assim, pode-se afirmar que existem, sujeito e estrutura, na obra de Pierre Bourdieu, de maneira forte e

articulada. Porém ambos estão profundamente relacionados, de forma que não podem ser analisados separadamente.

Conclusão

Tratar dos problemas relacionados à ação e à estrutura para a compreensão da conformação do mundo social e das relações humanas tem estado sempre em pauta nas discussões abordadas pela Teoria Sociológica desde seus primórdios. No entanto, como foi visto ao longo deste trabalho, estas abordagens têm sido sempre tratadas de forma a repetir as dicotomias entre ação e estrutura, teoria e prática.

O que nesta dissertação se pretendeu mostrar é que estas dicotomias, como apresentadas na vida cotidiana, não estão necessariamente propostas como pares antagônicos e eventualmente relacionados, devendo ser, no entanto vistas a partir de uma unicidade imprescindível. Algumas abordagens sociológicas contemporâneas mostram de maneira mais aprofundada – e aqui especificamente a Teoria da Ação Criativa proposta por Hans Joas – como estes elementos devem ser reconsiderados e reestruturados a partir de uma nova conceituação da ação não apenas como produto de uma ação voluntária dos indivíduos, mas como prática incorporada e passível de certa dose de estruturação. Essa nova leitura permite que as ações individuais estejam inscritas numa situação determinada e que sejam levadas à cabo através de uma incorporação perceptiva do mundo. Essa incorporação perceptiva é fruto de uma nova lógica do corpo e do desenvolvimento cognitivo dos atores como chave de análise dos seus impulsos de ação e criação no mundo social.

A Teoria da Prática proposta por Bourdieu, e aqui esboçada como uma nova opção de leitura para os problemas relacionados a uma determinação estrutural das ações individuais, também parece dar conta

desta nova relação entre ação e estrutura, bem como tenta redimensionar as relações entre os próprios indivíduos. O conceito de habitus, como apresentado por Bourdieu, dinamiza essa relação, pois é visto não somente como incorporação de elementos formadores de um caráter específico em cada indivíduo, mas também como ele próprio formador e ordenador objetivo do mundo. Cada indivíduo através de seu habitus possui, de forma latente, disposições que virtualmente o posicionam num determinado campo social, sem condições específicas para a ação. No entanto, essas disposições (habitus), quando utilizadas numa ação real, podem obter formas diferenciadas, bem como respostas distintas, posto que pode haver um descompasso entre a posição que um indivíduo ocupa num dado momento e seu habitus adquirido ao longo de sua existência.

Comparar duas teorias parece tarefa intrigante, como aqui é o caso entre a teoria bourdieusiana e a teoria da criatividade desenvolvida por Joas. No entanto, suas filiações aproximadas, quer através de abordagens acionistas, quer naquelas que têm na estrutura sua categoria-chave de análise, pareceram ser a ligação entre estas duas teorias e seus elementos mais fundamentais.

A aproximação de uma releitura da ação a partir de sua visão como corporealidade ativa de Joas e do habitus como disposição incorporada de Pierre Bourdieu foi fundamental na compreensão de como se pode considerar que, mesmo sob uma determinação estrutural¹², os indivíduos

¹² Esta noção aqui empregada de longe reflete um estruturalismo já dominado no campo das Ciências Sociais. O uso de determinação aqui não significa compactuar com a visão de uma entidade (estrutura) fora dos indivíduos e que coage os mesmos a uma determinada ação, e, sim, a manutenção de um espaço onde os atores agem e sobre as quais são capazes de refletir, definindo-as objetivamente.

sejam capazes de ações criativas, e não apenas de meras reproduções de uma ordem dada.

Essa criatividade é, então, sob essa nova lógica de unicidade dos conceitos de ação e estrutura, apresentada como possível, porém de forma latente, podendo ser alcançada devido à dinâmica específica dos campos e do espaço social de forma geral. Ser criativo é definido, então, não como ser livre das amarras de uma estrutura dominante e sufocante de onde não há saída, mas como ação que gera novas respostas às demandas sociais, estando inscrita, porém, num contexto dado. A criatividade está presente em cada ação, na sua forma de latência, e vem à tona por meio de injunções de diversas oportunidades e pela necessidade individual de resposta às demandas sociais apresentadas aos sujeitos quotidianamente.

Falar sociologicamente de um sujeito criativo é expor à ordem do dia elementos que estão para além dos determinismos estruturais ou da liberdade excessiva das ações puramente racionais e de seus cálculos. Para que se pudesse abordar tal tema e defender uma nova lógica de criatividade cerceada por elementos incorporados e capacitadores, foi preciso uma reavaliação desses conceitos a partir de uma nova relação com a própria noção de estrutura, ação e racionalidade, bem como a abordagem de elementos cognitivos, que comumente são deixados de fora deste problema.

Esses elementos cognitivos dão conta, sob a lógica da prática, por exemplo, de como os atores sociais e seus corpos estão inseridos num jogo específico de um campo a partir de posições determinadas, e como, quando posicionados em lugares diferenciados, tendem a revelar um desajuste que os leva a, de forma crítica, considerar as condições de suas

próprias ações. Esse deslocamento das posições num campo, segundo Bourdieu, leva a uma possibilidade de tornar a criatividade latente em prática de adequação a um novo meio e como forma de atualização de um habitus que se inscreve agora num novo contexto. Essas práticas de adequação modificam por completo a relação dos indivíduos no campo e no espaço social, bem como redefine sua interação para com os demais indivíduos, levando-o a agir, embora certas vezes não conscientemente, de forma diferenciada. Além disso, vale considerar que, numa lógica de diferenciação como vista nas sociedades contemporâneas, esse deslocamento de um indivíduo e seu habitus específico dentro de um campo vai sempre ocorrer, sendo a fixação dos elementos formadores de seu habitus uma exceção nesse contexto.

A criatividade é, portanto, fruto de um descompasso entre um habitus específico – num campo específico e de uma determinada posição de dominado ou dominante – e a posição dos atores em um campo, devido a mudanças não só estruturais – por exemplo, um novo status adquirido a partir de um determinado tipo de formação –, bem como devido a mudanças físicas ocorridas no cotidiano, como o processo de envelhecimento. Desta forma, sob a ótica bourdieusiana do sujeito e da ação social, ser criativo não é criar novas ações a partir de um vácuo histórico e biográfico, mas ter a capacidade e a habilidade, desenvolvida e incorporadas num habitus, na sua forma mental e prática, de manejar os elementos presentes em seu habitus de forma a recriar espaços de possíveis para a suas ações em campos sociais distintos, que requerem a aplicação destas habilidades de formas distintas.

Desta maneira, levando em consideração os elementos aqui abordados em suas dimensões crítica e constitutiva de uma nova teorização sobre a ação, pode-se considerar a Teoria da Prática de Bourdieu como uma forma renovada de tratar os sujeitos sociais e seu contexto. Sua teoria da prática revigora as formas de lidar com o determinismo estrutural, considerando a criatividade latente nas ações individuais e presente no conceito de habitus como elementos-chave para a compreensão da situação e da contextualização das ações humanas. A criatividade é portanto vista como ação situada, inscrita num contexto histórico, porém passível de modificações devido ao caráter descompassado e à necessidade constante de atualização simbólica dos habitus individuais, o que leva a uma modificação nas ações e a uma modificação histórica pelo caráter de coletividade que é desenvolvido na própria condição de corpo que age e interage no mundo. Talvez deva-se, por fim, considerar que uma ação criativa é possível no contexto de uma Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, embora essa noção de criatividade esteja redimensionada para além das noções comuns que lhes são atribuídas. Deve-se, a partir disso, voltar a discutir a presença do corpo (socialmente constituído, representado e ativo) como elemento essencial de análise sociológica.

Este novo contexto para a ação e o papel das estruturas na formação de um espaço social complexo pôde responder às críticas recebidas pela obra de Bourdieu no que diz respeito a uma possível síntese entre ação e estrutura, bem como foi importante para ressaltar alguns pontos controversos nas leituras do autor acerca do capital social e sua influência nas relações de conformação do espaço social e da ação dos indivíduos. É

claro que muitas outras questões podem ser suscitadas a partir da concepção criativa aplicada aqui ao conceito de habitus de Pierre Bourdieu. No entanto, tais questões parecem dizer respeito aos elementos mais aprofundados de uma discussão com outras Teorias Sociológicas que dêem conta dos aspectos mais específicos com relação ao próprio processo de incorporação e ao novo papel do corpo no contexto das Ciências Sociais. Nessa discussão infelizmente não profundamente abordada por Bourdieu, cabe uma releitura de sua obra sob um ponto de vista das impressões interacionistas encontradas na mesma e que agora, pela ausência do próprio Bourdieu, cabe àqueles que conhecem sua obra realizar

Bibliografia

- ALEXANDER, J. 1987. "O novo movimento teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 4, vol. 2.
- _____. 1988. *Action and Its Environments: Toward a New Synthesis*. New York: Coliumbia University Press.
- _____. 1995. *Fin de Siècle Social Theory*. London/ New York: Verso.
- _____. 1999. "A importância dos clássicos" In: *Teoria Social Hoje*. A. Giddens & J. Turner (org). São Paulo: Unesp.
- AUSTIN, John L. 1993. 1 ed. *Sentido e Percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- BOURDIEU, P. 1993. *The Field of Cultural Production*. New York: Columbia University Press.
- _____. 1996a. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das letras.
- _____. 1996b. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: EDUSP.
- _____. 1997a. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. São Paulo: Papirus.
- _____. 1997b. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- _____. 1998a. 9ed. *Distinction: a Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge (Massachusets): Harvard University.
- _____. 1998b. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 1999a. 14 ed. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- _____. 1999b. 5ed. *A Economia Das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 1999c. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 2001. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bretrand Brasil.
- BOURDIEU, P & PASSERON, J.-C. 1970. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa: Vega.
- _____. 1975. *Mitosociologia*. Barcelona: Fontanella.
- BOURDIEU, P & WACQUANT, Löic. 1992. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

- CALHOUN, C. 1992. "Habitus, Field and Capital: The Question of Historical Specificity". In: C. Calhoun, E. LiPuma & M. Postone (eds.) *Bourdieu: Critical Perspectives*. Chicago: Chicago University Press, pp. 61-88.
- CALHOUN, C., LIPUMA, E. & POSTONE, M. (eds.) 1992. *Bourdieu Critical Perspectives*. Chicago: Chicago University Press.
- CARVALHO, M^a do Carmo B. (org.) 1993. *Teorias da Ação em Debate*. São Paulo: FAPESP/Instituto de Estudos Especiais/Cortez.
- CERTEAU, M. 1984. "Foucault e Bourdieu". In: *A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Berkeley: University of California Press, pp. 111-130.
- DOMINGUES, J. M. 1999. *Criatividade Social, Subjetividade Coletiva e a Modernidade Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- _____. 2001. *Teorias Sociológicas no Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- EAGLETON, T. & BOURDIEU, P. 1996. "A Doxa e a Vida Cotidiana: uma entrevista". In: S. Zizek (org.), *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 265-278.
- EAGLETON, T. 1997. "De Adorno a Bourdieu". In: *Ideologia*. São Paulo: UNESP/Boitempo, pp. 115-142.
- ELIAS, Norbert. 1994. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELSTER, Jon. 1981. "Snobs: review of the Pierre Bourdieu La Distinction". *London Review of Books*, n. 20, v.3.
- FERRY, L. & RENAUT, A. 1988. *Pensamento 68: Ensaio sobre o Anti-humanismo Contemporâneo*. São Paulo: Ensaio.
- GIDDENS, A. , BECK, U. & LASH, S. 1995. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: UNESP.
- GOFFMAN, E. 1975. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- HALLER, Rudolf. 1990. *Wittgenstein e a Filosofia Austríaca: Questões*. São Paulo: Edusp.
- JOAS, Hans. 1996. *The Creativity of Action*. Chicago: University of Chicago Press.
- LINS, D. 2000. *O Campo Econômico: a Dimensão Simbólica da Dominação*. Campinas: Papirus.
- MEAD, G. H. 1938. *Mind, Self and Society*. Chicago: University of Chicago Press.

- MERLEAU - PONTY, Maurice. 1999. 2 ed. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- PARSONS, Talcott. 1949. *The Structure of Social Action*. New York: Free Press.
- PINTO, Louis. 2000. *Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social*. Rio de Janeiro: FGV.
- SAYER, Andrew. 1999. "Bourdieu, Smith and disinterested judgement. *The Sociological Review*, v.3, n.47.
- SCHATZKI, Theodore. 1997. "Practices and Actions: a Wittgensteinian Critique of Bourdieu and Giddens". *Philosophy of the Social Sciences*, v. 27, n.3. Sage publications, pp. 283-308.
- SEARLE, John R. 1995. 1 ed. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- SMART, B. 1978. *Sociologia, Fenomenologia e Análise Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WACQUANT, Löic.1998. Pierre Bourdieu. In: Rob Stone (ed.). *Key Sociological Thinkers*. London: Macmillan, pp. 215-229
- WEBER, Max. 1998. 4 ed. 1 vol. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- WILLIAMS, Raymond. 1979. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar.

Internet

CALHOUN, C. 2000. *Contemporary Sociological Theory: Reading on Pierre Bourdieu*. Cedido pelo Professor Calhoun, de sua Web Page, visitada em 15 de agosto de 2000.

<http://www.nyu.edu/classes/calhoun/Theory/paper-on-Bourdieu.htm>

EAKIN, Emily. 2001. "Social status tends to seal One's Fate, says France's master thinker". *The New York Times on the Web*. Visitado em 06 de janeiro de 2001.

<http://www.nytimes.com/2001/01/06/arts/06BOUR.html>

WACQUANT, L. 2001. "Taking Bourdieu into the Field". *KX Magazine*. Sofia, Bulgária. Visitado em 13 de fevereiro de 2002.

<http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/takingbourdieu.pdf>

_____. 2001. "La Pensée Critique Comme Dissolvant de la Doxa". Buenos Aires: ADEF. Visitado em 13 de fevereiro de 2002.

<http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/penseecritique.pdf>